

Relatório Clínica de Direitos Humanos

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO
CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS**

RELATÓRIO FINAL

**GÊNERO E SEXUALIDADE NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: O FLUXO DE
ADOLESCENTES NO CIA-BH**

Belo Horizonte
2019

RELATÓRIO DA CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS DA UFMG SOBRE O FLUXO DE ADOLESCENTES NO CIA-BH EM INTERFACE COM GÊNERO E SEXUALIDADE

Clínica de Direitos Humanos da Universidade Federal de Minas Gerais: Prof. Dra. Camila Silva Nicácio (coordenadora);
Equipe redatora: Antônio Augusto Rausch Lemos (pesquisador), Hugo Ribeiro Lanza (pesquisador), Júlia Silva Vidal (orientadora de campo), Mariana Ferreira da Silva (pesquisadora), Thiago Moreira Gonçalves (pesquisador).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (CDH/UFMG)	4
1. INTRODUÇÃO	5
2. METODOLOGIA	6
2.1. Construindo o campo de pesquisa	6
2.2. A observação participante	7
2.3. Entrevistas	9
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E CONCEITUAL: QUESTÕES TEÓRICAS	
3.1. Gênero, sexualidade e raça	13
3.2. O Sistema Socioeducativo e juventude: gênero e sexualidade	15
4. DA DELEGACIA DE ORIENTAÇÃO E PROTEÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE (DOPCAD) - A SALA DE INSPETORIA DA POLÍCIA CIVIL	22
4.1. Construção do campo na Delegacia de Orientação e Proteção à criança e adolescente da Polícia Civil: observação participante e entrevistas	22
4.1.1. Observação participante na DOPCAD	23
4.1.2. Das entrevistas com os policiais da DOPCAD	26
4.2. Restituição do campo e análise qualitativa	27
4.2.1. O espaço do CIA	27
4.2.2. Da construção da masculinidade: poder e armas	31
4.2.3. Procedimentos e discricionariedade: entre a regra e a exceção	35
4.2.4. Sobre nome social, documentos campo e lacunas: "não posso falar que é viado, né"	44
4.2.5. Generificação dos atos infracionais	47
4.2.6. Relações de gênero entre os profissionais	49
4.2.7. Relações de gênero entre os profissionais e os pesquisadores	55
4.2.8. Da construção do adolescente "bandido"	
5. VARA INFRACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE: AS AUDIÊNCIAS JUDICIAIS	64
5.1. Construção do campo na Vara Infracional da Criança e do Adolescente	64

5.1.1. Da observação participante	64
5.1.2. Das entrevistas	65
5.2. Restituição do campo na Vara Infracional da Criança e do Adolescente	66
5.2.1. Da família	66
5.2.2. O "grande acordo"	68
5.2.3. "Cadeia ou caixão": do racismo institucional à guerra às drogas	69
5.2.4. A produção de gênero nas audiências	70
6. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72
APÊNDICE A – Roteiro de Observação na Inspeção da Polícia Civil	75
APÊNDICE B - Guia para entrevista com policiais da Polícia Civil de Minas Gerais atuantes no CIA-BH	76
APÊNDICE C - Termo de Concordância	77
APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	78
APÊNDICE E - Guia para entrevista com profissionais de órgãos do Judiciário (Vara Infracional, Defensoria e Promotoria da Infância e Juventude) atuantes no CIA-BH	82

APRESENTAÇÃO DA CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (CDH/UFMG)

A Clínica de Direitos Humanos da Universidade Federal de Minas Gerais (CdH/UFMG) é um programa interdisciplinar de pesquisa e extensão, com ações de advocacia estratégica e análise de casos paradigmáticos, que atua na consolidação e promoção dos direitos humanos por meio da articulação entre comunidade acadêmica e sociedade civil. Estrutura-se em Eixos Temáticos de trabalho, dentre os quais o Eixo LGBTQ+, responsável pela realização da presente pesquisa e voltado, de forma ampla, ao estudo, assessoramento e patrocínio de causas associadas a questões de Gênero e Sexualidade.

A CdH/UFMG conta com integrantes discentes, docentes e juristas que possuem formação complexa e interdisciplinar em direitos humanos, suas formas de proteção no âmbito nacional e internacional, e em suas vertentes específicas, como a assessoria jurídica gratuita a casos que envolvam populações em situação de vulnerabilidade, com destaque para a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT), público alvo do Eixo LGBTQ+. A CdH/UFMG atua conjuntamente com a Divisão de Assistência Judiciária da UFMG (DAJ) no atendimento desses casos, cujas demandas são as mais variadas.

Especificamente no que toca o atendimento individual a travestis e transexuais, a CdH/UFMG e a DAJ desenvolveram um extenso trabalho de assistência jurídica com vistas a garantir o direito dessa população à retificação de nome e gênero no registro civil. Nesse ensejo, a CdH/UFMG realizou ações como a redação de Recomendação encaminhada ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais em prol do reconhecimento da competência da Vara de Registros Públicos para a retificação de gênero e da necessidade de capacitação de agentes do Centro de Reeducação Social São Jerônimo (MG) sobre gênero e sexualidade, diante da transferência¹ de uma adolescente travesti para centro feminino de cumprimento de medida socioeducativa.

¹ Transferência tal também provocada pela CdH/UFMG, com vistas ao reconhecimento da identidade de gênero reivindicada pela adolescente em questão. Sobre a questão, ver: VIDAL, J. S.; CUNHA, R. L. C. . Medidas socioeducativas e adolescentes trans: dos impasses institucionais ao reconhecimento de direitos. *InterFaces - Revista de Extensão da UFMG*, v. 4, p. 148-159, 2016.

Mais recentemente a CdH, em parceria com o Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT e com a DAJ, firmou o projeto de pesquisa denominado "Transpasse", voltado ao atendimento jurídico e psicossocial especializado para travestis e transexuais.

1. INTRODUÇÃO

No ano de 2018, a Clínica de Direitos Humanos da UFMG iniciou a execução do Projeto “Gênero e Sexualidade no Sistema Socioeducativo: o fluxo e o acautelamento de adolescentes no CIA-BH”, financiado pela Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses. O principal objetivo do projeto é contribuir para o adequado tratamento das demandas LGBT no acautelamento de adolescentes com vivências sexuais e de gênero diversas, em especial aqueles/as que se identifiquem como transexuais ou travestis.

Dessa forma, diante de provocações por relatos de violação de direitos humanos dentro do sistema socioeducativo e das inquietações geradas por outros estudos que interseccionam relações de gênero e medidas de privação de liberdade, buscamos compreender o papel das normas de gênero e da heteronormatividade no acautelamento e regulação dos corpos de jovens em “conflito com a lei”. Este projeto investigou as dinâmicas de produção e reprodução das desigualdades de gênero no fluxo de jovens no Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte (CIA-BH), parte integrante do Sistema de Justiça Infanto-juvenil do Estado de Minas Gerais, a partir de uma analítica *queer* e da compreensão das normas de gênero como performatividade neste ambiente.

As etapas da pesquisa foram pensadas a partir do trajeto que os jovens acautelados percorrem no espaço físico do CIA-BH: a primeira se deu na Inspeção da Polícia Civil e a segunda nas salas de audiência da Vara da Infância e da Juventude. A metodologia estabelecida nesses espaços foi a de observação participativa e escrita de caderno de campo com posterior análise do material escrito e discussão em grupo, bem como da realização de entrevista semi-estruturada com atores desses respectivos espaços.

Importante ressaltar que o início dos trabalhos foi concomitante à elaboração e publicação da Resolução SESP 18, de 25 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e

normativas para o atendimento da pessoa LGBT no âmbito do Sistema Socioeducativo do Estado de Minas Gerais. Tal resolução, a despeito do seu curto período de vigência, foi alvo de inúmeras contestações e disputas internas relativas ao seu conteúdo e não apenas ensejou, em 2018, o pedido de parecer da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (SUASE) à Clínica de Direitos Humanos da UFMG, que se pronunciou sobre a matéria no Parecer Jurídico n. 01/2018, como igualmente afetou o campo da presente pesquisa, vez que a resolução teve repercussão no trabalho dos servidores.

2. METODOLOGIA

Esta seção apresenta a forma de construção da metodologia de pesquisa adotada neste trabalho como um todo. No primeiro tópico, abordaremos a construção do trabalho de campo de pesquisa e o processo de escolha da metodologia de observação participativa estabelecida pelo grupo. Em seguida, nos voltamos à análise do material escrito e posterior construção da entrevista, que buscou validar e esclarecer, sob a perspectiva de profissionais do sistema de justiça infanto-juvenil, determinados elementos observados em campo, em especial no que tange às experiências dissidentes de gênero e sexualidade no âmbito do sistema socioeducativo. As particularidades e desafios enfrentados em cada campo, qual seja, delegacia e audiências, serão trabalhadas dentro dos capítulos referentes aos seus respectivos campos.

2.1. Construindo o campo de pesquisa

O CIA-BH² surgiu e em 2008 como resultado de esforços em promover a celeridade e reduzir os custos de acesso à justiça, efetivando os mandamentos externados pelo ECA (MELO, 2010, p. 86-113), e é composto por uma equipe interinstitucional que articula instâncias do poder executivo municipal (Prefeitura Municipal) e estadual (Polícias Civil e Militar, bem como a Secretaria de Estado de Defesa Social) e judiciário (Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública). A partir da reunião das instâncias públicas que atuam no sistema de justiça juvenil num mesmo espaço, o fluxo do adolescente na instituição

² O CIA-BH está localizado na Rua Rio Grande do Sul, n. 604, Barro Preto, Belo Horizonte (MG.), Cf. www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/perguntas-frequentes/o-que-e-centro-integrado-de-atendimento-ao-adolescente-aut-or-de-ato-infracional-de-belo-horizonte-cia-bh.htm#.XKCxIOtKiu4.

deve durar até 24h e passa pela seguinte ordem: (i) lavratura de Registro de Evento de Defesa Social (REDS) na Polícia Militar; (ii) entrega à Polícia Civil ou Federal para lavrar auto de apreensão ou termo circunstanciado, realizar a oitiva do adolescente e de eventuais testemunhas, apreender os produtos e instrumentos da infração e requisitar exames e perícias sobre o fato na medida do necessário; e (iii) audiência preliminar, em que se afiguram presentes adolescente, Juiz de Direito, escrivão, Promotor do Ministério Público, Defensor Público ou advogado constituído e pais ou responsáveis, e a partir da qual o adolescente poderá ter seu processo findo ou, em caso de continuação da ação, ser preventivamente encaminhado à SUASE ou responder pelo ato em liberdade.

Sendo assim, no espaço do CIA-BH convivem diferentes modos de atuação e intervenção junto ao jovem acautelado, tornando possível a investigação de como as diversas experiências de gênero e sexualidade produzem desigualdades e afetam a passagem de seus corpos dentro do Sistema de Justiça.

Contudo, por mais que Belo Horizonte adote um modelo de atendimento ao adolescente autor de ato infracional que busca certa modernização e democratização do processo de acautelamento, o sistema ainda apresenta diversas falhas (SILVA, 2010). Assim, por ser um local onde circulam os adolescentes detidos, o CIA-BH é um importante espaço que nos permite observar como se constituem as relações de gênero e sexualidade no sistema de justiça da infância e juventude e como estas impactam e se atrelam à maneira com que os jovens são tratados pelos agentes e atores desse sistema, modificando sua experiência e determinando sobremaneira a adoção e até as formas pelas quais a medida socioeducativa é estabelecida.

2.2. A observação participante

Para a compreensão satisfatória sobre o cotidiano do ofício dos profissionais e agentes que trabalham no CIA-BH, as dinâmicas do fluxo de jovens acautelados, a relação entre os agentes e os jovens e entre os próprios agentes, foi preciso que a equipe estabelecesse contato mais frequente e próximo com o campo. Não foi por outro motivo que a observação participante foi escolhida como método de análise, visto que pressupõe a imersão no campo, encorajando “os pesquisadores a mergulharem nas atividades do dia-a-dia das pessoas as quais eles tentam entender” (MAY, 2004). Partindo do pressuposto que o conhecimento

também é pautado pela experiência e pela vivência pessoal direta dos eventos e fenômenos a serem analisados, sua construção é um processo que envolve a participação nas relações sociais em questão.

Desse modo, a observação participante é uma metodologia de pesquisa qualitativa que permitiu a compreensão da apropriação do mundo pelos sujeitos e dos aspectos subjetivos de seus modos de se relacionar. A observação participante é, portanto, uma ferramenta que possibilita a compreensão das dinâmicas do espaço, de modo que se realize a produção, e não coleta, dos dados. Segundo May (2004), o pesquisador que utiliza dessa metodologia não se impõe no campo, ele se insere na realidade material, participando ativamente do mundo social e das dinâmicas a serem observadas. Deste modo,

A observação participante implica saber ouvir, escutar, ver, fazer uso de todos os sentidos. É preciso ponderar sobre o momento certo para perguntas e por vezes esperar mais do que o imaginado. As entrevistas formais são muitas vezes desnecessárias, devendo a coleta de informações não se restringir a isso. Com o tempo os dados podem vir ao pesquisador sem que ele faça qualquer esforço para obtê-los e isto pode ajudar significativamente na manutenção do relacionamento estabelecido (BEZERRA, 2010, p. 14).

O pesquisador, na metodologia de observação participante, é um sujeito ativo, que se relaciona com o espaço pesquisado. Não há pretensão de neutralidade, já que a própria interação do pesquisador com os sujeitos envolvidos na pesquisa é parcial. Cada pesquisador, no momento que tem seu corpo inserido no espaço, terá observações, apreensões, e relações particulares e distintas com os sujeitos que circulam e vivem a realidade em estudo. Não há, portanto, objetos de pesquisa, mas situações, relações e dinâmicas, as quais se busca apreender.

Na observação participante, as experiências dos pesquisadores são centrais. Nesse sentido, as inquietações e desconfortos que podem ser gerados durante a observação de um espaço tal como o CIA-BH, por exemplo, não devem ser tomadas como falhas, mas como dados que tanto refletem o funcionamento do local e as dinâmicas ali estabelecidas e reproduzidas, quanto corroboram ou inflexionam as apreensões e compreensões dos observadores. A flexibilidade do método, como discorre May (2004), é uma vantagem considerável, permitindo uma fluidez nas relações entre o pesquisador e os sujeitos

envolvidos, sendo a observação participante um trabalho contínuo e imprevisível, que permite alterações e adaptações.

As observações e as anotações são direcionadas. Não é possível — e nem desejável — atentar e anotar tudo que possa vir a acontecer no espaço. Deve-se produzir dados sobre o campo que condizem não só com os objetivos da pesquisa, mas que sejam orientados pelos marcos teóricos utilizados. Assim, de um lado, estes orientarão as observações; de outro, as próprias observações afetam e eventualmente modificam aqueles (MAY, 2004).

Nessa etapa da pesquisa, cada membro da equipe redigiu um diário (ou caderno) de campo com informações e impressões sobre cada dia de observação. Esse instrumento serviu como forma de descrever não apenas registros pontuais e assertivos da observação, mas para apreensão do espaço e sua significação, análise das pessoas que o compunham, a maneira como nossos corpos eram lidos e inseridos ali por parte dos policiais, técnicos administrativos e adolescentes acautelados. Passamos também a registrar nossas inquietações prévias, contemporâneas e posteriores à observação, incluindo, às vezes, já a análise de seus significados. Ao longo da execução da pesquisa, deixamos de ser de meros observadores para nos tornarmos agentes inseridos no processo observado. O caderno de campo redigido por nós pode ser considerado *três em um*,

[...] englobando um diário de campo específico da etnografia; um diário de pesquisa, tal como poderia desenvolver um historiador ou um filósofo; e um “diário íntimo”. Nesse último caso, conforme o modelo dos diários autobiográficos em que são depositados os humores e as emoções de seu autor (WEBER, 2009, p. 158).

As anotações feitas em campo foram analisadas semanalmente em reunião conjunta dos pesquisadores, a fim de que nós pudéssemos refletir e buscar o maior aproveitamento das informações colhidas e vivenciadas ali.

2.3. Entrevistas

O método da observação participante, por mais importante e eficaz que seja para a compreensão de relações específicas, pode não ser suficiente para possibilitar a apreensão aprofundada das dinâmicas e tensionamentos relacionados à sexualidade e ao gênero no CIA-BH. Dessa forma, a realização de entrevistas individuais e semi-estruturadas se fez

necessária e adequada para complementar a observação participante. O uso combinado de diferentes métodos, sobretudo as entrevistas, são constantes nas pesquisas qualitativas.

Os dados obtidos via entrevistas foram importantes para

o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivação, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos (GASKELL, 2002, p. 65).

Assim, a combinação da pesquisa qualitativa e da observação participante se mostra uma metodologia com grande potencial para a compreensão de espaços específicos. Ademais, trazem a vantagem de conferir maior relevo aos resultados pesquisa, reafirmando ou refutando hipóteses trazidas pela observação a partir das informações e deduções feitas a partir das falas dos próprios sujeitos observados e que compõem aquele espaço hodiernamente:

[n]esse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados (DUARTE, 2004. p. 215).

Nas entrevistas qualitativas, o tópico guia é vital ao processo, que direciona a entrevista com os fins de atingir o objetivo da pesquisa. Segundo Gaskell (2002), ele abarca questões teóricas e metodológicas utilizadas como marcos referenciais, reconhecimento prévio sobre o campo e discussões com colegas. Seu uso é consultivo, com a finalidade de guiar e monitorar o entrevistador ao longo da entrevista e, sendo assim, não contém perguntas extensas ou específicas (GASKELL, 2002). O tópico guia é utilizado para direcionar a entrevista de modo fluido, numa progressão lógica e condizente com o desenvolvimento da pesquisa. Sendo um guia, portanto, esse documento não deve engessar a condução do método.

As entrevistas realizadas foram entrevistas individuais, ou seja, com somente um participante envolvido por entrevista. Assim, compõe-se de “uma interação de diáde, indicada quando o objetivo da pesquisa é conhecer em profundidade os significados e a visão da pessoa” (FRASER; GONDIM, 2004). A escolha pela modalidade individual, além de ser indicada em função do objetivo da pesquisa, se deu pelo fato de as entrevistas terem sido realizadas enquanto os entrevistados estavam em atividade laboriosa no CIA-BH, de modo

que não seria possível alocar mais de um participante (caso a escolha fosse entrevista em grupo ou grupo focal) ao mesmo tempo para a entrevista por impedimento da administração local.

Na pesquisa em questão, as entrevistas foram realizadas individualmente com os trabalhadores das instituições previamente observadas durante as observações participantes, portanto, policiais civis, agentes do sistema judiciário (profissionais da Vara Infância e Juventude da Comarca de Belo Horizonte, da Defensoria Pública e da Promotoria de Justiça) e membros da SUASE. Ou seja, as entrevistas foram realizadas com os profissionais com os quais os membros da equipe pesquisadora tiveram contato prévio mediante observação participante. No total, na primeira etapa da pesquisa foram realizadas 6 entrevistas, abrangendo 3 carreiras diferentes dentro da Polícia Civil. Na segunda, foram 3 profissionais representantes do poder judiciário: um Juiz de Direito, um Defensor Público e um Promotor de Justiça. As entrevistas cujos participantes permitiram a gravação do conteúdo foram transcritas, enquanto as demais foram sistematizadas em forma de relatório pelos pesquisadores entrevistadores; e todas posteriormente analisadas.

É importante levar em consideração que as entrevistas, ainda que busquem validar ou explicar melhor os fatos observados e vivenciados em campo, podem apresentar certo grau de inverdades, o que é normal, conforme apresenta Goldenberg (2004), vez que se está lidando com um indivíduo e suas vontades e interesses em revelar e/ou ocultar determinadas situações ou comportamentos em relação à sua forma de trabalho e ao sistema em que ele está inserido. Portanto, as respostas dadas nas entrevistas são importantes, porém não é garantida, e nem poderia ser, que o conteúdo trazido pelos entrevistados reflitam o plano da realidade de forma exata e verdadeira, daí a importância de sua conjugação com outros métodos de apreensão de dados, como a observação em campo e pesquisa bibliográfica e documental utilizadas na presente pesquisa.

2.4. As etapas da pesquisa

As etapas da pesquisa foram pensadas a partir do trajeto que os jovens acautelados percorrem no espaço físico do CIA-BH. O primeiro local (primeira fase) que se planejou observar, portanto, foi a Inspeção da Polícia Civil, um dos primeiros espaços pelo qual todos os adolescentes passam. Ainda, a escolha desse ambiente também se deu pela

acessibilidade, considerando que outros lugares, como a sala da Polícia Militar (a primeira sala a que os adolescentes são enviados), são de acesso restrito e de autorização para pesquisa inviabilizada. O segundo local (segunda fase) escolhido foi a sala de audiências, local onde ocorrem todas as audiências. Esse é um espaço privilegiado, pois é onde os diversos agentes do sistema judiciário atuam e se relacionam concomitantemente entre si e com os jovens acautelados.

O contato inicial com o ambiente se deu por meio de telefonemas e de e-mails direcionados à juíza responsável pelo CIA à época e à delegada-chefe da Polícia Civil, que se mostraram abertas à possibilidade de realizarmos a pesquisa. A partir de encontros entre a Coordenadora do Programa CdH/UFMG e a juíza responsável, já com o indicativo da permissão à pesquisa, realizamos uma visita guiada pelo assessor da juíza, com o intuito de conhecermos o local, no dia 13 de junho de 2018. Nos foi mostrado grande parte do espaço: a garagem, onde, além de carros luxuosos de alguns profissionais, há celas (pequenas e abafadas) onde são retidos os jovens que recém chegam ao CIA-BH; a sala da Polícia Militar e a Inspeção da Polícia Civil, ambas no andar térreo; e o terceiro andar, onde estão localizadas as salas de audiência e um espaço onde jovens e familiares aguardam pela audiência.

Na primeira fase, realizamos observações e entrevistas com agentes da Inspeção da Polícia Civil. As observações e as idas ao campo ocorreram de segunda à sexta-feira (com exceção de quarta-feira, dia em que realizávamos nossas reuniões semanais do Projeto), das 13:00h às 17:00h, na sala da Inspeção, conforme acordado com a delegada-chefe. Essa fase teve início no dia 18 de junho de 2018, e foi finalizada no dia 9 de agosto do mesmo ano. Um roteiro³ (contendo orientações para guiar a observação, enfatizando para quais aspectos deveria se atentar o pesquisador) estava sempre à mão dos pesquisadores nessa fase do campo. Os cadernos de campo foram redigidos individual e diariamente pelos membros da equipe de pesquisadores e posteriormente compartilhados entre si.

Dois meses após o término das observações na Inspeção da Polícia Civil, foram realizadas as entrevistas com policiais civis. A escolha dos participantes se deu por meio da disponibilização destes em participar das entrevistas, sendo critério diretivo pautarmos 06 (seis) representantes preferencialmente de turnos, gêneros e funções distintas. As entrevistas

³ Ver Apêndice A.

foram realizadas individualmente em salas do próprio espaço do CIA-BH, autorizadas via Termo de Concordância⁴ pela Delegada-Geral, e consentidas pelos participantes via Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)⁵.

Após as entrevistas com os policiais, iniciamos a segunda fase da pesquisa, consistente nas observações e entrevistas aos servidores estatais atuantes nas audiências da Vara Infracional da Infância e Juventude da comarca de Belo Horizonte. As observações ocorreram de segunda à sexta-feira, das 9h00 às 12h00 ou das 13h00 às 17h00, a depender da alocação dos pesquisadores, conforme acordado com o Juiz Coordenador. Essa fase teve início no dia 9 de novembro de 2018, encerrando-se no dia 14 de dezembro do mesmo ano. Mantivemos o uso do mesmo roteiro utilizado na observação da Inspeção como guia diretivo. Os cadernos de campo foram também redigidos de maneira individual à cada ida ao campo pelos pesquisadores e posteriormente compartilhados entre si. Subsequentemente à essa etapa de observação, realizamos 3 (três) entrevistas, cada qual com um representante público atuante no âmbito judiciário do CIA-BH.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E CONCEITUAL: QUESTÕES TEÓRICAS

Antes de passar à exposição dos achados de campo e a considerações acerca dos resultados da pesquisa, é preciso realizar uma breve contextualização teórico-conceitual de pontos-chave a fim de possibilitar uma melhor compreensão das problemáticas que perpassaram e serviram de estímulo à produção do estudo. Assim, nos próximos tópicos, temas concernentes a gênero, sexualidade, raça, sistema socioeducativo e juventude são abordados, indicando discussões e consensos existentes em cada um destes pontos, bem como o marco teórico e as compreensões que nos guiaram na consecução da pesquisa.

3.1. Gênero, sexualidade e raça

Gênero e sexualidade são temáticas que impõem à produção do conhecimento novos desafios e problemáticas até então subexplorados. Os Estudos de Gênero surgem articulados aos debates feministas e propõem uma politização dos saberes científicos, colocando em

⁴ Ver Apêndice B.

⁵ Ver Apêndice C.

suspensão dicotomias produzidas pela modernidade, como homem/mulher, verdadeiro/falso, e natureza/cultura.

Sendo assim, propomos, no contexto desta pesquisa, a compreensão das relações de gênero como performatividade (é dizer, nas palavras de Butler (1993, p. 25), o gênero como “aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos”), e buscamos problematizar as dicotomias presentes em campo e nos referenciais metodológicos para sua conformação. No mesmo sentido, entendemos sexo enquanto uma categoria normativa, no interior de um ideal regulatório que tanto *governa* os corpos quanto atua em sua produção. Nesse ensejo, a diferenciação entre sexo e gênero, em que sexo seria a base natural do gênero, eminentemente cultural, não permite compreender como a própria performance de gênero produz a materialidade dos corpos sexuados (BUTLER, 1993).

A performance de gênero não é entendida como um ato isolado e intencional, mas como atos que produzem significado e materialidades dentro de um regime discursivo – regime este que só existe em ato, e não como uma força ou agente “externo” que se impõe sobre os corpos. A produção do sexo/gênero se dá no cotidiano, nos limites da linguagem e dos atos repetidos e naturalizados dentro da inteligibilidade cultural.

Por isso, é fundamental também compreender o gênero, não como categoria primária a qual possa se relacionar outros marcadores, como raça e classe, e sim como uma categoria produzida e construída conjuntamente aos demais marcadores. Assim, apreender gênero e raça como categorias estruturantes das sociedades colonizadas, tal como a brasileira, é essencial para que se possa estudar e interpretar os mais diversos fenômenos sociais. A análise dessas categorias se faz crucial sobretudo em um contexto de acatamento e encarceramento massivo de jovens negros moradores de periferia como ocorre no Brasil.

Neste sentido, raça pode ser compreendida como um produto social, inserido em contextos sócio-histórico-culturais específicos, que se fundamenta na exclusão e degradação, “funcionando simultaneamente como categoria originária, material e fantasmagórica [...]”, (MBEMBE, 2014). A raça, sobretudo quando se fala da raça negra, é um complexo construído a partir de um Outro, que é branco, fundado pelos processos de colonização de povos não-europeus e não-brancos (MBEMBE, 2014). A raça é, portanto, uma ficção sustentada pela dominação, não existindo enquanto tal, sendo um produto constante de

um vínculo social de exploração, que está também, por sua vez, numa incessante produção e reprodução.

De acordo com Gomes (2019), podemos – e devemos –, assim, tomar o gênero como uma categoria de análise decolonial, no qual gênero e raça produzem e se reproduzem de maneira recíproca e dialética. Não é possível, portanto, ter uma visão sobre gênero sem compreender a raça, bem como ter uma visão da raça sem compreender o gênero. Ambas categorias são interdependentes. O gênero é, desse modo, racializado e a raça é uma categoria generificada. As produções desses marcadores não são únicas, não se resumem a um único fator, mas mútuas e articuladas, não sendo possível, sobretudo num contexto de situação colonial, compreendê-las única e isoladamente.

3.2. O Sistema Socioeducativo e juventude: gênero e sexualidade

Diante dos marcos da Convenção Internacional Sobre os Direitos das Crianças, da Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), quando falamos em infância e juventude, devemos nos ater à Doutrina da Proteção Integral, que estabelece deveres e limites da atuação do Estado e da sociedade em prol do desenvolvimento e segurança dos jovens; proclama-os sujeitos de direitos, findando a distinção entre jovem e menor; e diferencia crime de infração. Assim, a redemocratização do Brasil trouxe consigo a preocupação pujante com o bem-estar de crianças e adolescentes (LEITE, 2013; FRAGA; ROSA, 2017), afastando-se do paradigma anterior de estigmatização e marginalização dos jovens em situação de vulnerabilidade e hipossuficiência, notadamente legitimado pelo Código de Menores e por seu precursor, o Código de Mello Matos, marcos legais que, nos termos de Leite (2013), representam um histórico autoritário e tutelar da sociedade brasileira em relação à criança e ao adolescente.

Nesse diapasão, Saraiva (2013) estabelece a existência de três momentos na história do direito juvenil: as etapas de caráter penal indiferenciado, tutelar e penal juvenil. A primeira fase corresponde, temporalmente, ao próprio nascimento dos códigos penais, e sua marca é o trato substancialmente idêntico dispensado a menores e a adultos. O segundo momento, orientado, no Brasil, pelos códigos e práticas mencionados no parágrafo anterior, é “resultante da profunda indignação moral decorrente da situação de promiscuidade do alojamento de maiores e menores nas mesmas instituições” (SARAIVA, 2013, p. 4). A terceira e atual etapa,

por fim, traz em si as ideias de separação entre problemas sociais e conflitos penais; de participação, enquanto direito à liberdade de pensamento e de opinião da criança; e, de responsabilidade, à medida da maturação, tanto no viés social quanto no penal. Esta última guia-se especialmente pela proposta restauradora e educativa pautada no rigor garantista, sendo a privação de liberdade mecanismo último de defesa social.

Assim, até os 18 anos, os indivíduos não estão sujeitos à imputabilidade penal mediante a prática de atos infracionais e por isso

recebem um tratamento legal diferenciado dos réus imputáveis. Enquanto estes últimos são condenados e cumprem penas, os primeiros são responsabilizados legalmente pelos atos cometidos conforme legislação específica. (NASCIMENTO, 2010, p. 70).

Quanto à adolescência, Duque (2012), questiona a naturalização da identidade adolescente, propondo uma desconstrução desse conceito - que tem como base um critério etário fixo e rígido, conforme proposto pelo ECA. Além disso, ele e considera que o período da adolescência tem se tornado cada vez mais longo e complexo, tornando-se, portanto, mais diversificado e abrangendo experiências mais diversas. Assim, a solução que propõe, ao trabalhar com jovens, é considerá-los adolescentes a partir da autodefinição com tal categoria:

Tomei o "ser adolescente" como um conceito autodefinidor desses sujeitos, atentando-me para a categoria "adolescente" especialmente quando ela era utilizada pelos sujeitos entrevistados para se autorreferir, independentemente dos registros legais oficiais. Assim, o que comumente em campo era classificado ou desclassificado baseado em fatores externos (documentos) passou a ser reconhecido na pesquisa como autoidentificação. (DUQUE, 2012, p. 01).

O ECA, por sua vez, determina o marco jurídico, ético e pedagógico referente aos direitos dos adolescentes e estabelece a execução das medidas socioeducativas aos autores de atos infracionais. Conforme explica Nascimento,

[a]s medidas socioeducativas são aplicadas pelo juiz e variam conforme o tipo de ato praticado, as circunstâncias envolvidas e a capacidade do adolescente de cumpri-las. [...] A medida socioeducativa de internação, que se constitui numa *medida privativa de liberdade* (artigo 121º do ECA), é aplicada pelo poder judiciário somente quando não houver nenhuma outra medida mais adequada ao caso, tendo em vista que a institucionalização é considerada o último recurso disponível pela socioeducação, devendo, portanto, ser evitada ao máximo. É uma medida que não comporta prazo determinado, tendo como limite máximo três anos e sendo compulsória [a liberação] quando o adolescente atinge os 21 anos de idade. (NASCIMENTO, 2010, p. 70. Marcas do autor).

Tal como se configura hoje, o sistema socioeducativo, em teoria, seria um espaço de formação dos adolescentes acautelados como sujeitos de direitos e deveres, com vistas a auxiliá-los em seu retorno ao meio aberto e a evitar que voltem a cometer atos infracionais. (NASCIMENTO, 2010, p. 67). Isso se faz notar pela instauração da primazia do trato pedagógico aos socioeducandos, de medidas individualizadas e pertinentes às particularidades do caso concreto e do olhar coletivo do Estado, família e sociedade, atores importantes considerados durante todo o processo (CUNHA; VIDAL, 2015). Em síntese, no atual paradigma estabelecido no ECA, a medida socioeducativa despe-se de seu caráter eminentemente punitivista e excludente, de forma que “a contenção não é em si a medida socioeducativa, é a condição para que ela seja aplicada” (VOLPI, 2011 *apud* FRAGA; ROSA, 2017, p. 145).

É neste contexto de busca pela aproximação e concretização dos marcos protetivos à criança e ao adolescente concatenada com os imperativos garantistas de limitação ao poder do Estado pelo processo que o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) é instituído em 2012 pela Lei 12.594/2012.

Muito embora teoricamente a justificativa maior para o estabelecimento das medidas previstas no ECA e legislações subsequentes não seja mais punitivista, é importante observar a persistência da lógica paternalista e tutelar que era presente no paradigma anterior, ensejando arbitrariedades e ilegalidades na aplicação das medidas. Por isso, ainda que sejam sistemas distintos o sistema socioeducativo pouco se difere do sistema penal, vez que se pautam na tutela e no controle dos corpos. Tanto pela análise do uso e justificações do Estado ao aplicar as medidas quanto por uma observação pragmática da significação que o adolescente acautelado atribui às medidas que recebe, é preciso reconhecer a existência prática de uma natureza sancionatória subjacente. Essa constatação importa “para que incidam sobre elas [as medidas socioeducativas] as garantias e limites da área penal do conhecimento jurídico” (COSTA; GOLDANI, 2017, p. 82).

Ademais, ambos os sistemas produzem e reproduzem práticas racistas, tendo como principal alvo das aplicações das penas a população negra. Neste sentido,

[a] partir de uma apropriação latino-americana da criminologia crítica, observamos que a forma de movimentação do sistema penal brasileiro, fundamentada na violência e na produção de mortes, tem o racismo como variável central. Atentando para as diferentes facetas dos sistemas penais ao longo do processo histórico no país,

o que se percebe é a existência de um padrão que se institui no seio da sociedade colonial com o qual nunca se rompera efetivamente até os dias atuais. A obsessão pelo controle dos corpos negros e o projeto de extermínio que com a abolição da escravidão passa a compor a agenda política do Estado são os vetores mestres que ainda hoje balizam a atuação do sistema penal. (FLAUZINA, 2006, p. 138)

Portanto, por mais que se pressuponha que o sistema de justiça infanto-juvenil funcione a partir da socioeducação, se observa na prática que, em realidade, ele é um espelho do sistema convencional de justiça. Assim, seletividade racial do sistema penal de justiça é refletida e reproduzida no sistema socioeducativo, de forma que não somente a população negra maior de idade sofra com essa seletividade, como também os adolescentes negros.

Diante desse panorama teórico, voltamo-nos para o sistema penal brasileiro. A seletividade em nosso país tem cor, e essa não se dilui em meio a outros fatores que com ela interagem. É legítimo que se parta de uma constatação fática, corroborada por estatísticas, de que a população “não branca” é mais atingida pela esfera de atuação do sistema punitivo. (RAMOS, MUSUMECI, 2005; BARROS, 2006; WAISELFISZ, 2012 e 2015).

A compreensão das dimensões próprias da seletividade do sistema penal brasileiro pressupõe a compreensão da construção dos estereótipos de criminosos no contexto nacional, o que, inevitavelmente, deve ter em conta a dimensão racial desses, bem como a forma de funcionamento e atuação das agências executivas. (SOUZA, 2016)

Flauzina (2006) aponta em sua dissertação como o sistema de justiça brasileiro foi historicamente construído para a repressão da população negra, sendo uma das tecnologias racistas e genocidas que o Estado brasileiro mantém desde sua formação. Dado que a intervenção condicionada pelo racismo tem seu caráter mais explicitado nas abordagens truculentas, nos encarceramentos desproporcionais e na produção de mortes abruptas, entendemos o sistema penal como o âmbito mais vulnerável dessa plataforma de extermínio (FLAUZINA, 2006, p.13). As práticas racistas e seletivas do sistema de justiça se intensificaram a partir do neoliberalismo, no fim do século XX, juntamente com a “guerra às drogas”, instaurando um encarceramento em massa no país.

Tal configuração racista do sistema de justiça expõe a seletividade enquanto pressuposto da atuação do sistema penal, em que o uso ostensivo da violência opera em detrimento de grupos vulneráveis - no caso, em relação a jovens negros. Tem-se, nesta esfera da justiça, a raça se materializando ao longo dos atos, ritos e procedimentos penais, guardando intrínseca relação com a criminalização das condutas desses jovens.

Voltando-nos ao adolescente, destinatário potencial da aplicação das medidas socioeducativas, baseada no desenvolvimento, a psicologia construiu conceitos de adolescentes, delimitando o que é normal e anormal. Haveria uma essência psico-biomédica adolescente, caracterizada pela rebeldia, desinteresse, crise, instabilidade afetiva, agressividade, etc. Isso construiria uma identidade adolescente, como um sujeito em período de transtorno, de passagem à vida adulta, de adaptação.

Segundo as autoras, essa visão implicaria haver um jeito correto de o adolescente estar no mundo e de se relacionar com ele, como algo intrínseco a essa fase do desenvolvimento. Leis baseadas neste discurso científico-racionalista que criam um território específico e limitado para o jovem, uma identidade imutável que o aprisiona e localiza, resultam na negação da multiplicidade e da pluralidade das formas de ser e experienciar as diferentes etapas da vida. De forma oposta, é necessário que o localizemos dentro da ideia de adolescência como um fenômeno cultural produzido por práticas sociais em determinado momento histórico, que manifesta-se de maneira diferente - ou nem sequer existindo - em certos lugares (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005). O sujeito, então, deve ser compreendido como em constante devir.

Nesse ensejo, assim como o adolescente é um sujeito fluido, partimos do entendimento de que não há tal coisa como *adolescentes infratores*, mas jovens cuja infração de determinadas normas legais é uma entre tantas características que os compõem e não deve ser tomada como fato constitutivo e inafastável de seu ser.

Se infância e adolescência são produtos de práticas culturais que remetem a processos históricos específicos de cada civilização, a racionalização e produção do corpo infantil pela medicina moderna tem, em grande parte, papel na construção das noções de sexualidade e desenvolvimento sexual infantil. A sexualidade na infância e adolescência são tópicos que, ainda que abordados dentro do campo científico, continuam a levantar polêmicas dentro e fora dos limites da academia. Em *História da Sexualidade I: A vontade de saber* (1976), Michel Foucault apresenta como, apesar do suposto “silêncio” sobre a sexualidade, tratando-a como algo restrito ao ambiente doméstico e à vida adulta e cuja finalidade única seria a reprodução, houve uma explosão discursiva sobre o tema a partir do século XIX dentro dos domínios da medicina e psiquiatria, levando a uma maior popularização e produção de saber

sobre este. Assim, a relevância destas instâncias discursivas para a produção de saberes em torno da sexualidade resta confirmada.

De forma similar, na psicanálise, os *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* de Freud (1905) inauguram uma nova perspectiva da sexualidade infantil, que trazem ao domínio da infância práticas masturbatórias e autoeróticas, bem como a noção desta como perversa-polimorfa (isto é, transgridem as normas sociais e familiares). Esses estudos são igualmente relevantes para lançar um novo olhar sobre o sujeito de mais tenra idade e contribuir para a desmistificação do tema e produção de conhecimento.

A regulação da sexualidade infantil influencia os modelos educacionais (da organização das salas de aula aos modelos separatistas), a pediatria e, inclusive, a prática da “correção” do sexo das crianças intersexuais. Nesse sentido, as definições de Money quanto às genitálias das crianças “hermafroditas” servem para denunciar a construção desta regulação e da expectativa heteronormativa ao redor dos corpos infantis, assim como o poder da medicina de decisão e prescrição sobre estes (PRECIADO, 2004). De modo semelhante, apesar da dificuldade geral de se reconhecer a autonomia e autodeterminação de gênero e orientação sexual na infância, cada dia mais a produção científica tem se dedicado a pensar sobre os temas das homossexualidades e transgeneridades na infância em perspectivas biologizantes, médico-centradas, e focadas no diagnóstico clínico de transtornos mentais.

Como dito, muitas vezes certos direitos fundamentais e, em especial, sua concretização no âmbito da sexualidade, são restringidos ao máximo, quando não, na prática, intencionalmente omitidos ou inconscientemente despercebidos, em especial diante de crianças e adolescentes. A liberdade sexual e não discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero são situações particularmente aflitivas para crianças e adolescentes, em cuja presença a rejeição da titularidade desses direitos é recorrente (RIOS, 2013, *apud* CUNHA; VIDAL, 2015, p. 4).

Neste ensejo, a efetivação dos direitos sexuais é um objetivo a ser alcançado aos adolescentes. Segundo Ventura, citado por Leite (2013, p. 133), “a elaboração dos direitos sexuais têm o objetivo de melhorar as condições sociais e pessoais desses segmentos para o livre exercício da sexualidade”. Um dos fatores que colocam os direitos sexuais dos adolescentes numa posição marginal é a relação entre autonomia e tutela, sendo os adolescentes percebidos como inexperientes e vulneráveis no âmbito das relações sociais que remetem a exigências da vida adulta. (LEITE, 2013, p. 135).

No marco jurídico brasileiro do ECA, a adolescência corresponde ao período de 12 a 18 anos. Esta normativa, todavia, apresenta limitações ao tratar de maneira explícita dos direitos sexuais dos adolescentes mas omitindo-se de abordar questões de gênero, o que seria fundamental para tratar do referencial de autonomia “experimentado por meninos e meninas em nossa sociedade em virtude das marcantes assimetrias de gênero existentes”. (LEITE, 2013. p. 137). Um exemplo das distinções existentes em torno do ser homem e do ser mulher marcantes em nosso corpo social é a

[c]onstrução social das masculinidades pautadas pelo binário sexual homem/mulher, onde o feminino ocupa um lugar de submissão e pejorativo mediante a dominação masculina. O ser homem é referenciado por características ligadas à reprodução de práticas sociais violentas (rude, grosseiro e descomprometido, envolvendo-se com a criminalidade), sendo essas características condições que dificultam a expressão de sentimentos (condicionada à mulher romântica). (NASCIMENTO, 2010, p. 78).

Em entrevista realizada por Leite (2013) com funcionários de instituições que têm projetos voltados para crianças e adolescentes, “todos os entrevistados afirmaram que a maioria das instituições não trata formalmente o tema da sexualidade com os adolescentes, de certa maneira, negando essa dimensão da vida dos sujeitos”. Leite (2013, p. 146) expressa que mais de um entrevistado alegou tratar os adolescentes como seres assexuados e que, quando tratavam de temas da sexualidade, o faziam na perspectiva de prevenção da gravidez e de doenças sexualmente transmissíveis. De forma convergente, na perspectiva de Duque (2012), “em vez de reconhecer a sexualidade dos jovens e tentar dar-lhe suporte, nossa cultura nega e pune o interesse e a atividade erótica de qualquer pessoa que não atingiu a maioridade.”

Assim, ainda que a adoção da Doutrina da Proteção Integral represente melhorias no reconhecimento das crianças e adolescentes como sujeitos de direito, ainda há bastante que avançar na garantia da liberdade sexual dos adolescentes, especialmente aqueles que estão acautelados. Nestes casos, são frequentes as situações em que o adolescente é constrangido no âmbito do sistema socioeducativo em função das normas de gênero, seja por parte de outros adolescentes acautelados, de agentes do socioeducativo, policiais civis e militares ou de membros do Poder Judiciário, o que representa uma negação aos direitos sexuais dos adolescentes. Esse constrangimento, para além dos procedimentos formais que os institucionalizam, como a revista e a disposição dos adolescentes no espaço de acautelamento,

acontece através de piadas, brincadeiras, intimidações, ameaças e agressões (físicas, verbais ou sexuais), entre várias outras formas. (NASCIMENTO, 2010, p. 76).

Essa construção social das masculinidades gera um quadro de violências em relação à integridade física e psicológica dos adolescentes, em que as normativas e relações de poder internas ao sistema socioeducativo estão relacionadas à superioridade da heterossexualidade e daqueles que performam o gênero masculino, em detrimento da homossexualidade e suas performances de gênero derivadas, que são associadas à feminilidade. A partir dessa construção são geradas situações em que se verificam comportamentos machistas, misóginos e homofóbicos, numa constante busca pela virilidade, que é um dos fatores que afigura maior poder no espaço do sistema socioeducativo. Em semelhante sentido, Nascimento (2010, p. 78) observa que há uma “naturalização [...] de práticas sociais homofóbicas mais intensas no espaço institucional socioeducativo, onde a masculinidade é condicionada pela demonstração de força física e humilhação aos homossexuais ou a quem se presume sê-los”.

Leite, numa leitura do que propõe Junqueira, não considera suficientes as iniciativas voltadas a combater discriminações a identidades de gênero de sujeitos centradas apenas no enfrentamento à homofobia. Defende a autora que, mais do que isso, deve haver um enfrentamento “em favor da cultura dos direitos e da promoção mais ampla do respeito pela diversidade e de um modelo democrático de compreensão dos direitos sexuais mais amplo e plural”. (JUNQUEIRA *apud* LEITE, 2013).

4. DA DELEGACIA DE ORIENTAÇÃO E PROTEÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE (DOPCAD) - A SALA DE INSPETORIA DA POLÍCIA CIVIL

4.1. Construção do campo na Delegacia de Orientação e Proteção à criança e adolescente da Polícia Civil: observação participante e entrevistas

O campo da Polícia Civil, primeiro espaço em que a pesquisa se deu, foi um espaço onde pudemos observar não só a dinâmica do ofício dos policiais, mas também os modos como operam as normas de gênero e sexualidade nesse espaço. O contato e a construção desse campo se deu por etapas, com diferentes momentos e métodos de pesquisa utilizados. Apresentaremos, nos próximos subtópicos, como se deu a construção desse campo.

As observações e as idas ao campo ocorreram de segunda à sexta-feira (com exceção de quarta-feira, dia em que realizamos nossas reuniões semanais), das 13:00h às 17:00h,

conforme acordado com a delegada-chefe. Essa fase teve início no dia 18 de junho de 2018 e se encerrou no dia 09 de agosto do mesmo ano. Num segundo momento de pesquisa neste campo, realizamos entrevistas com 6 profissionais dentre os policiais civis ativos no sistema. Optamos por selecionar 2 policiais de cada função exercida ali no CIA-BH que tinha contato direto com os jovens: investigador, escrivão e delegado.

4.1.1. Observação participante na DOPCAD

A adoção da metodologia de observação participante ocorreu de maneira gradativa e contínua. Ao iniciar as observações ainda não tínhamos muita certeza a respeito do formato mais adequado para registrarmos a experiência em campo e de como iríamos nos relacionar com o espaço e com os indivíduos que o compunham. A fala da orientadora do projeto “*o campo irá nos dizendo como seguir*” guiou o início dos trabalhos, bem como o entendimento de que:

nenhuma pesquisa é totalmente controlável, com início, meio e fim previsíveis. A pesquisa é um processo em que é impossível prever todas as etapas. O pesquisador está sempre em estado de tensão porque sabe que seu conhecimento é parcial e limitado — o “possível” para ele. (GOLDENBERG, 2004, p. 13).

O início da pesquisa foi um momento de bastante leitura com o objetivo de nos fazer aprofundar em estudos de gênero, sexualidade, raça, sistema socioeducativo e outros temas correlatos. Nossas reuniões, sempre semanais, foram o espaço para compartilhar os aprendizados, questionamentos, angústias e objetivos referentes à pesquisa, a fim de delinear e aproximarmos ainda mais do objeto do nosso estudo de caso, permitindo que houvesse “[...] uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo, seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos” (GOLDENBERG, 2004, p. 33). Realizamos, assim, um estudo de caso, uma vez que:

O estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto. Através de um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração na realidade social, não conseguida pela análise estatística. (GOLDENBERG, 2004, p. 34).

Prestes a começar o campo na inspetoria da Polícia Civil, fizemos um roteiro⁶ para nos guiar na observação, que continha tópicos como ambiente, forma de trabalho dos profissionais e comportamento dos adolescentes. As anotações, entretanto, eram livres e não possuíam um padrão.

Passadas duas semanas de trabalho de campo, já com material escrito pelos pesquisadores, a orientadora do projeto nos apresentou a dissertação de mestrado da Gab Lamounier, *Gêneros Encarcerados: uma análise transviada da política de alas LGBT no sistema prisional de Minas Gerais* (2018), em que a autora descreve com riqueza de detalhes e profundidade analítica sua observação participativa nas alas LGBT no sistema prisional do estado de Minas Gerais. Este trabalho foi fundamental para encontrarmos a forma que consideramos ideal para a escrita de nossos diários em nosso trabalho de campo e, assim, começamos a adotar um modelo analítico-reflexivo comum em nossos registros.

Nos momentos iniciais da pesquisa, buscamos investigar as adolescentes e os adolescentes trans e travestis no sistema socioeducativo, sobretudo aqueles que passariam naqueles espaços. No decorrer das observações, no entanto, o escopo da pesquisa foi ampliado para o estudo do impacto de padrões normativos de gênero e sexualidade na tratativa dos adolescentes que ali circulam. Isso pela inexistência, no período em que estávamos em campo, de observações diretas a adolescentes trans ou travestis, - segundo um agente, muito embora haja um número considerável de jovens com esse perfil que ali perpassem mensalmente,

Ao final do período de campo observacional na inspetoria, todos os relatórios, até então de posse individual e lidos somente pela orientadora do projeto, foram reunidos e disponibilizados à leitura comum por todos os participantes da pesquisa. Após o contato dos pesquisadores com todos os relatórios, a equipe pôde se aprofundar sobre a experiência de cada um. Notamos que as experiências variaram bastante de pessoa para pessoa, algo inevitável numa observação participante feita por homens e mulheres cis, com diferentes performatividades de gênero, num ambiente marcado pela ordem de poder e influência patriarcal, em que distintas experiências de gênero e sexualidade são diferentemente recepcionadas. Para demarcar essas diferenças de percepção de cada pesquisador, os relatórios, quando citados, serão identificados separadamente por meio de letras, cada qual

⁶ Ver Apêndice A

correspondente a um pesquisador, de maneira também a resguardar a identidade de cada membro da equipe. Além disso, não utilizamos os nomes nem dos agentes e nem dos jovens com os quais entramos em contato ao longo da pesquisa, com o objetivo de não expor suas identidades.

Nossa despedida do espaço da Inspetoria se deu de maneira hostil. O ofício de permissão à observação ali, deferido pela Delegada-Chefe, tinha prazo de 30 dias, de modo que nas últimas semanas da pesquisa estávamos com o prazo vencido. Tal fato foi mal recebido pelos policiais, que em diversos dias da última semana de observação questionaram nossa presença na Inspetoria.

Um dos policiais, o mesmo que estava na sexta passada me pergunta o nome e diz: “B, até que dia cês ficam aqui?”. “Tenho que confirmar com a minha orientadora, mas no máximo até semana que vem”, eu respondo. - “É? Por que tá aqui 30 dias... que calendário cês usam? Porque era pra vocês terem parado de vir tem quase um mês” nisso ele me mostra o ofício que enviamos, com o quadro de horário e prazo, que ele imprimiu na impressora (que emperrou enquanto imprimia justo esse papel, que saiu todo rasgado e amassado). Ele ainda diz “se vocês virem mais dia tem que falar e mandar outro pedido pra delegada”. Toda a situação foi intimidadora, com um clima de grande desconfiança, mas não violenta.⁷

Em nosso último dia de campo, uma assessora da delegada-geral chegou a nos indagar: “Vocês não ficariam aqui só um mês?”. *Eu disse que houve uma pequena extensão em virtude da possibilidade de irmos à noite, mas que não havendo mais essa pretensão, aquele era nosso último dia lá. Senti como se já fosse de conhecimento geral entre eles que nós não deveríamos estar lá, uma mensagem oportunamente divulgada, ao passo que nossa autorização para pesquisa nas primeiras semanas era sempre contestada sob a justificativa de que ninguém os tinha avisado disso).⁸*

O período de observação na Inspetoria da Polícia Civil foi do dia 18 de junho de 2018 até 9 de agosto do mesmo ano. Ao longo dessa etapa, cada membro da equipe redigiu seu próprio caderno de campo, totalizando 58 páginas produzidas referentes a 28 diferentes idas a campo. A partir desses relatórios, foi possível analisar a dinâmica presente no cotidiano na Inspetoria, cuja abordagem mais profunda será realizada nos tópicos seguintes.

⁷ Caderno de Campo de B, dia 06/08.

⁸ Caderno de Campo de A, dia 09/08.

4.1.2. Das entrevistas com os policiais da DOPCAD

A partir dos relatórios, o grupo de pesquisa, junto às professoras orientadoras da área de Direito e Psicologia, passaram a discutir como aferir ou confirmar determinados aspectos observados em campo por meio das entrevistas com os Policiais Civis. Adicionalmente, discutimos meios de melhor apreender a perspectiva dos agentes públicos que trabalham com adolescentes com vivências dissidentes de gênero e sexualidade no sistema socioeducativo de Minas Gerais via fonte primária (já que tal perspectiva seria dada, por ocasião das entrevistas, diretamente pelos sujeitos a que são atribuídas).

Realizamos entrevistas com 6 profissionais. Optamos por selecionar 2 policiais de cada função exercida ali no CIA-BH que tinha contato direto com os jovens: investigador, escrivão e delegado. Elaboramos um guia-roteiro⁹ padrão para entrevistarmos os policiais de todas as funções, mas tivemos liberdade para abordar outras questões a partir do andamento das entrevistas, de forma que elas ocorreram na modalidade semi-estruturada.

Após deferimento do ofício solicitando a realização das entrevistas pela Delegada-Chefe, pudemos retornar ao CIA-BH. Como nossa saída da Inspeção no momento das observações participantes ocorreu de modo hostil, optamos por aguardar um tempo, mais especificamente 10 semanas, para entrevistar os agentes, com a esperança de que essa retomada de contato para realização das entrevistas se desse de maneira amistosa. As entrevistas foram individuais e realizadas por dupla de pesquisadores, que se alternaram na tarefa (com exceção de duas entrevistas que foram realizadas por somente um pesquisador). O tempo para a realização das 06 entrevistas foi de duas semanas.

Ao contrário do desejado, nosso primeiro contato de retorno com a Polícia Civil foi hostil. Esse contato se deu no dia seguinte aos resultados do segundo turno das eleições presidenciais, o que potencialmente contribuiu para o clima de tensão no ambiente policial. A chegada dos pesquisadores para o primeiro dia de pesquisa foi vista com certa desconfiança pelo delegado plantonista, apesar de autorização prévia da Delegada-Chefe: *“Nossa conversa com ele foi difícil. Primeiro, ele perguntou o que queríamos. Explicamos que estivemos em campo e voltamos para dar prosseguimento à pesquisa pela entrevista, que seria voluntária.*

⁹ Ver Apêndice B.

Ele quis saber o teor das perguntas, sob a justificativa de ser para poder situar os agentes quando fosse fazer o convite.”¹⁰

No primeiro dia de entrevistas, somente uma foi realizada. Essa entrevista mobilizou muitos afetos hostis, aumentou a tensão já gerada pelo contato de desconfiança com o delegado plantonista. Questionamos em reuniões da equipe de pesquisa se não seria melhor esperarmos mais algumas semanas para prosseguir, até que se encerrasse o clima incitado pela vitória do presidente eleito - a preocupação que tínhamos era com a segurança dos pesquisadores. Todavia, nos dias subsequentes da mesma semana, a tensão entre nós diminuiu, de modo que demos continuidade a essa fase da pesquisa. Foram realizadas duas entrevistas a cada ida a campo subsequente, e a sexta e última feita em dia apartado, de modo que essa etapa foi finalizada com celeridade.

Somente dois dos seis policiais entrevistados permitiram que gravássemos a entrevista, mesmo concordando com o TCLE. Portanto, nos casos em que a permissão para a gravação não foi concedida, os entrevistadores redigiram um relatório a partir das anotações feitas durante a entrevista e do resgate das impressões e recordações logo após a realização das entrevistas. As que puderam ser gravadas foram transcritas pela equipe de pesquisa.

4.2. Restituição do campo e análise qualitativa

Tanto a observação participante quanto as entrevistas resultaram em extensa produção de dados e materiais de análise, seja na forma de diário de campo, ou gravação/transcrição das entrevistas. Os métodos, utilizados em conjunto, complementam-se, de modo que ora reforçam e confirmam impressões dos pesquisadores, ora nos acrescentam novos materiais e perspectivas. Realizamos, assim, uma exaustiva análise dos dados colhidos, exposta nos subtópicos posteriores.

4.2.1. O espaço do CIA

Antes de iniciarmos as observações de campo propriamente ditas, realizamos leituras de preparação (sintetizadas em capítulo anterior) e de familiarização às estruturas do

¹⁰ Relato de entrevista feito por A, 29/10.

CIA-BH, além de uma visita ao local, guiada por um funcionário assessor de juiz. Muito embora, em linhas gerais, a bibliografia estudada fosse fiel ao real funcionamento do CIA, é interessante notar que a visita guiada nos revelou que a dinâmica da instituição detém particularidades para além dessas sumarizações. A trajetória do adolescente no CIA não inicia na sala da Polícia Militar pela lavratura do REDS e consequente inserção formal de seus dados no sistema, como poderia se depreender dos textos, mas, antes, nas garagens do edifício pela chegada do jovem dentro da viatura.

O ambiente da garagem possui infraestrutura globalmente precária: pouco ventilado, abafado, escuro, com cheiro forte, paredes e demais elementos desgastados e acústica que faz ecoar surda e constantemente o som dos cadeados e grades estalando e dos carros que ali trafegam. O estacionamento divide espaço com três alojamentos, que, segundo nosso acompanhante, são *a mesma coisa que celas, só muda a terminologia por questão mesmo do estatuto*¹¹. Quanto à disposição, mormente, uma destina-se às meninas e uma aos rapazes que se encontram acautelados aguardando audiência, podendo esta disposição ser alterada conforme a lotação das estruturas - segundo o funcionário, a *divisão é feita por dimensão do crime (como a separação de adolescentes acusados de ocorrência correlata ao estupro ou agressão à mãe dos demais), ideologia de gênero (olhou para uma pesquisadora e tentou se lembrar do termo) ou grupos rivais. Quanto à divisão por “ideologia de gênero”, “uns aceitam, outros não. Uns vão tentar se aproveitar, outros não”. Normalmente o próprio adolescente trans, homossexual pede para ficar num alojamento separado. Mulheres lésbicas não costumam pedir. Não citou homens trans.*¹²

Finalmente, a terceira serve para repouso dos jovens que foram liberados, mas precisam esperar por alguém para buscá-los ou até o amanhecer para conseguirem se deslocar de lá. Os dois alojamentos destinados ao acautelamento têm grades laterais para controle de acesso e nos tetos a fim de impedir o contato dos jovens com os equipamentos luminescentes. Os banheiros não oferecem qualquer privacidade e não há privadas ou torneiras, e o fluxo de água, que sai por um buraco, é controlado, pois, segundo o funcionário que nos mostrava ali, *“tudo que estiver na cela o adolescente vai tentar usar para o mal”*¹³. As paredes possuem

¹¹ Caderno de Campo de A, dia 18/05.

¹² Caderno de Campo de C, dia 18/05.

¹³ Caderno de Campo de C, dia 18/05

várias gravações, que, ainda de acordo com o funcionário, eram *pixações com nome, grupo que pertence, “crime cometido”*¹⁴.

Subindo as escadas, chegamos ao andar térreo do CIA, que reúne ao redor do hall a sala da Polícia Militar e as da Civil (de inspetoria, cartório, dos delegados e da delegada-geral), o núcleo de encaminhamento, o serviço de Emissão de Identidade e uma copa. Ali, o ambiente é melhor iluminado, de paredes brancas ornadas com alguns quadros decorativos, uma fonte com plantas no meio e, à entrada, um ponto de identificação com seguranças e detectores de metal. Pelo formato da construção aquartelada, pode-se ver os andares acima. O primeiro é reservado para salas da defensoria pública e promotoria de justiça, enquanto o segundo é o andar das audiências e salas ligadas à administração judiciária, quais sejam, Secretaria Infracional, Setor de Execução, Setor de Acompanhamento das Medidas Privativas, Setor de Atendimento ao Adolescente em Situação Especial, além de uma copa e uma sala de Assessoria. Este, que é o último andar do prédio, é revestido de redes de proteção no lado de dentro dos corredores, que, pelo dito formato aquartelado, dão visão aos andares inferiores e vice-versa. A justificativa dada foi que os jovens pulavam pelos vãos para tentar escapar ou se suicidarem (ali, este acontecimento é denominado *autoextermínio*).

Nossa rotina de observação na primeira fase, ocorrida no âmbito da Inspetoria da Polícia Civil, começava com nossa chegada pela entrada principal, no primeiro andar, ao que íamos direto para a sala da inspetoria. Ali, os jovens são alocados em bancos de metal, gélidos e desconfortáveis, enquanto aguardam a realização dos procedimentos cabíveis no âmbito da Polícia Civil. As paredes são brancas e poluídas com diversos anúncios e informativos ligados à atividade policial dali, *armários e bancadas atuam como separadores de ambiente dos policiais e dos meninos, completados pela diferença de iluminação no local: enquanto a parte dos agentes é iluminada, as luzes em cima dos meninos ficam apagadas*.¹⁵

Ainda, as salas da Polícia Militar e do cartório foram visitadas rapidamente em uma das idas a campo. A primeira segue os padrões do subsolo, com uma única basculante para circular o ar, mal iluminada, paredes deterioradas e gravadas, teto de altura irregular e bancadas de pedra para os adolescentes se sentarem. No cartório, o ambiente é *bem iluminado*

¹⁴ Caderno de Campo de C, dia 18/05

¹⁵ Caderno de Campo de A, dia 21/06

*e de paredes limpas e brancas, bem mais aconchegante que a inspetoria*¹⁶, com cadeiras de escritório confortáveis e divisórias formando algumas saletas, como que pequenos escritórios administrativos, para oitiva individualizada.

As salas da delegada geral e dos delegados plantonistas, por suas vezes, foram visitadas em uma das idas ao campo e por ocasião das entrevistas ao fim da primeira fase de observação. Quanto à primeira, *muito embora o espaço total do gabinete [sala reservada para a delegada e o espaço “comum” com outros dois funcionários] seja maior que a do delegado plantonista, a sala reservada a ela em particular era minúscula, mas tinha a vantagem de ter um frigobar. O ambiente geral era muito bagunçado – como ali não havia rotação de funcionários, não era preciso manter a ordem para o turno seguinte - com várias pastas abertas e espalhadas. Tive a impressão de ser uma rotina de contato com matérias essencialmente administrativas*¹⁷.

Além disso, a sala reservada à delegada *tinha diversas plantas, ventilador de mesa e bichinhos de feltro nos computadores que rompiam com a formalidade*.¹⁸ A sala utilizada pelos delegados plantonistas, a seu turno, era *mobiliada com dois espaçosos e elegantes sofás pretos. Havia ali basicamente duas cores, preto e branco: o preto do computador, sofás e cadeiras em contraste com a brancura do chão, teto, paredes. No CIA, em geral, tudo é um grande preto e branco. Além de uns poucos papéis que dispunham de códigos ou lembretes do cotidiano, um grande pôster atrás da cadeira chama a atenção pelo seu fundo vermelho, quebrando a construção de cor do lugar. No papel, está inscrito: “eu sou os seus direitos” seguido de complementação no sentido de situar o “eu” da frase com a significação de “delegado de polícia”*.¹⁹

Já as salas de audiência, observadas na segunda fase de campo, muito embora oscilassem quanto à disposição das cadeiras (ora os assentos para adolescentes e pais estavam de frente para a posição do juiz, ora para a do defensor; ora mais próximos da mesa, ora encostados à parede) e a presença ou não de relógio de parede e crucifixo, tinham em comum *o choque de ambiente [em relação aos outros ambientes relatados]: os chãos brilhavam de tão polidos, mesas limpíssimas sobre as quais objetos ordenados ficavam [dispostos],*

¹⁶ Caderno de Campo de A, dia 19/07

¹⁷ Relato de Entrevista feito por A, dia 09/11.

¹⁸ Caderno de Campo de B, dia 18/06.

¹⁹ Relato de Entrevista feito por A, dia 29/10.

*paredes brancas e decoradas por quadros vívidos, um ar condicionado com alguma modernidade e com condições de funcionamento, o teto com acabamento em gesso trabalhado e com luz que provia farta iluminação.*²⁰

4.2.2. Da construção da masculinidade: poder e armas

Pudemos observar, tanto pela estrutura física do espaço quanto pela dinâmica de interação dos agentes - que ali desempenham suas funções entre si, com o espaço e com os demais transeuntes -, a importância dada à masculinidade e à virilidade para (re)afirmação do poder institucional.

Connell e Messerschmidt propõem o conceito de masculinidade hegemônica. Este parte do pressuposto de que em qualquer sociedade haverá uma masculinidade modelar, socialmente mais valorizada, que hierarquiza e estrutura as relações de poder. Falar de masculinidade não é falar exclusivamente de ações de homens, mas é descrever como a dimensão do “dever-ser masculino” afeta e é afetado por práticas dos atores, homens e mulheres, e garante a contínua subordinação das últimas pelos primeiros (...). [Esta ideia se modula em torno de um modo específico de virilidade, que, segundo Pascal e Welzer Lang (2000),] tem um duplo significado: primeiramente, os atributos sociais associados aos homens e ao masculino: força, coragem, capacidade de luta, o direito à violência e aos privilégios associados à dominação destes, e daqueles, que não são, e não podem ser viris: mulheres, crianças... Em segundo lugar, a forma erétil da sexualidade masculina. (ABREO *et al*, 2017, p. 62-63).

Tal qual o exposto, a virilidade, confirmada intrinsecamente à noção de masculinidade, influi na divisão de tarefas e na hierarquia do local, a começar, inclusive, pela proporção entre homens e mulheres ali presentes: em média, na inspetoria, havia 1 investigadora para cada 5 investigadores.

Voltando-nos ao espaço físico, adentrando no gabinete da delegada geral, *numa das mesas havia um computador na proteção de tela que alternava entre imagens do símbolo da PCMG, armas de fogo, balas, distintivo, mira de arma e etc. Achei isso curioso, já que a PC não é militarizada, mas a proteção de tela só mostrava armas e semelhantes.*²¹ Na sala da inspetoria, por sua vez, era corriqueiro nos depararmos com uma gaveta acomodada sobre uma mesa ao fundo, utilizada mormente para acomodar os pertences pessoais e para os policiais realizarem suas refeições; dentro da qual ficavam expostas várias algemas, cuja utilização quase nunca ocorria (ao menos, pela Polícia Civil). Nos disseram, inclusive, que o

²⁰ Caderno de Campo de A, dia 09/11.

²¹ Caderno de Campo de B, dia 18/06.

uso da algema só se dava *em caso de autoexterminio ou em que o jovem oferecia resistência*²², situações nunca presenciadas por nós, pesquisadores, nas observações no âmbito da Polícia Civil.

Ademais, nessa sala, retomando o relato sobre a disposição do ambiente, *armários e bancadas atuam como separadores de ambiente dos policiais e dos meninos, completados pela diferença de iluminação no local: enquanto a parte dos agentes é iluminada, as luzes em cima dos meninos ficam apagadas. Tudo no ambiente contribui para colocá-los em posição subalterna, segregada: as bancadas de metal, desconfortáveis, os constantes pedidos de silêncio em oposição ao barulho constante das conversas entre os policiais, instruções para que, ao se movimentarem, deixar mãos para trás e cabeça baixa.*²³ O papel destinado ao controle do ambiente é tão forte e pressuposto que a não apreensão pelos adolescentes “do seu devido lugar” ali chega a causar irritação nos policiais: *G. [adolescente] é trazido novamente e a policial que o trouxe diz “sente ali no final”, mas o final da sala não é onde ficam os bancos de ferro onde sentam os jovens, mas onde fica a impressora, bebedouro e onde eu estava sentado. Ele se dirige a esse final real, e um policial grita “ou, é ali ó, ta indo onde?”.*

²⁴

Quanto à relação com as armas, constatamos que grande parte dos investigadores as portam durante o serviço, não raro junto a um distintivo da polícia pendurado no pescoço, ainda que, pelo que foi observado e relatado a nós, nunca terem precisado as utilizar. *Um dos investigadores (R.) está sempre com uma arma na cintura.*²⁵ Num dos diálogos com uma inspetora, perguntamos sobre a necessidade do uso de armas e distintivo no pescoço: *[...] ela disse que são usados somente em diligências externas, mas que tem gente que não gosta de usar.*²⁶ Em uma outra conversa com uma investigadora, ao ser indagada sobre o uso de arma dentro do CIA, *[...] ela pega na arma por cima da roupa, na cintura, e diz que custou a conseguir, que não vai ser agora que ela vai perder a arma. Depois comenta com a outra policial que talvez o peso da arma que dê as dores nas costas que ela tem sentido*²⁷.

²² Caderno de Campo de A, dia 21/06.

²³ Caderno de Campo de A, dia 21/06.

²⁴ Caderno de Campo de B, dia 13/07.

²⁵ Caderno de Campo de B, dia 09/07.

²⁶ Caderno de Campo de A, dia 16/07.

²⁷ Caderno de Campo de B, dia 16/07.

Via de regra, os policiais carregam a arma dentro de um suporte para que não fique em contato direto com a pele. As mulheres *colocavam a arma no lado e os homens todos colocavam na frente, na altura do pênis*²⁸, como se o movimento de sacarem-na e guardarem-na naquela posição implicasse uma ênfase, uma extensão de sua masculinidade. Em certa ocasião, um dos policiais chegou a escalar um armário para alcançar um roteador instalado próximo ao teto sem retirar a arma daquela posição, apenas removendo-a para descer. Ainda, observa-se que o coldre completo (o suporte junto a uma faixa para prendê-lo ao corpo) tornava a estética menos rústica e, pelo seu *design*, não permitia acoplar a arma junto ao pênis, apenas na lateral do corpo - talvez por isso era pouco utilizado. Apenas uma agente o utilizava completo, acrescido, como adereço, de um pequeno chaveiro em forma de arma. *Esse coldre aí é de mulher, deve ser da J. [agente], por isso que tem o chaveirinho. [...]* *O de homem é só essa parte sem a faixinha*²⁹, nos disse um inspetor, em tom explicativo. Um de nós, replicando com aparente amistosidade, respondeu: *se [eu] fosse policial acharia legal ter uma miniatura daquela no coldre e que não me parecia ser necessário ser mulher para usar aquilo. O policial responde dizendo que a Polícia Civil mudou muito com o passar dos anos, e os policiais também. Mas disse que “na minha época era quando realmente existiam policiais de verdade”. Afirmou que vinha de uma época em que os policiais foram formados à época da ditadura e o tratamento era mais pesado com os bandidos.*³⁰

Essa construção associativa entre armas e o universo do masculino é ainda mais reforçada por uma cena presenciada por ocasião das observações: *[...] em certo momento, uma PM apareceu segurando duas armas grandes. Outro PM imediatamente foi ajudar, ao que ela disse “pode deixar”. Ele pegou uma e ela disse que a outra ela segurava. No fim, ele pegou a outra também e ficou segurando ambas.*³¹ Aqui, mesmo uma policial militar, cuja manipulação do armamento é diária, parece ter sua capacidade de preparo físico diminuída em favor da “cortesia” masculina oferecida pelo verdadeiro detentor da força - e do poder - na cena.

Muito embora haja esse fascínio pela arma na polícia civil, foi nos dito por uma policial que, por conta do preparo recebido na Academia de Polícia Civil ser muito mais

²⁸ Caderno de Campo de A, dia 09/08.

²⁹ Caderno de Campo de A, dia 09/08.

³⁰ Caderno de Campo de C, dia 09/08.

³¹ Caderno de Campo de A, dia 19/07.

técnico do que físico, a maioria dos agentes não sabia manipular corretamente as armas, de forma que havia uma falsa impressão de segurança que mais os colocava em risco do que os favorecia em uma situação de necessidade. Ela terminou citando, como exceção, o exemplo de um colega que precisou usar a arma e foi bem sucedido, passando a ser o herói da corporação. Sobre ele, terminou a conversa dizendo: “*M. é uma moça*”, pois é centrado, frio, calmo e sabe usar a arma a seu favor³² - apesar de todo o ambiente corroborar para a associação da arma com o poder e a masculinidade, aqui, instala-se uma particularidade, relacionando o uso consciente, seguro da arma, com o feminino - mas ainda em conformidade com a ideia de virilidade aqui apresentada: “a virilidade é associada ao trabalho pesado, penoso, sujo, insalubre, algumas vezes perigoso, trabalho que requer coragem e determinação, enquanto que a feminilidade é associada ao trabalho leve, fácil, limpo, que exige paciência e minúcia” (HIRATA, 1995 *apud* ABREO *et al*, 2017, p. 64).

Já os policiais militares, observados por ocasião das entregas dos adolescentes à polícia civil quando do recebimento do REDS, andam sempre com o coldre completo - supomos que isso se dá por conta da padronização do uniforme ou, em hipótese mais ousada, que em virtude de realmente usarem as armas no dia a dia, o que demanda a consciência de posse e manipulação mais adequada para diminuir riscos. Ainda que no uso de suas atribuições haja o uso corriqueiro da arma pelo policial militar, tornando-a mais do que objeto meramente decorativo, ainda aí ela cumpre função estética para corroboração do poder - *estão sempre com pose de autoridade: postura ereta, braços cruzados ou [com a mão repousada] na arma, posição de vigia*³³. Mesmo quando descontraídos, conversando uns com os outros enquanto aguardam a conclusão da entrega do jovem à polícia civil, a disposição corporal descrita não se altera. Normalmente, o armamento se restringe à pistola presa ao coldre na cintura, mas houve ocasiões em que os policiais apareceram portando armas longas presas a uma faixa pendurada no pescoço, que também eram sempre seguradas, como que prontas para uso, por eles.

Quando havia alguma apreensão de armamento na ocorrências, os policiais demonstravam grande curiosidade com as armas caseiras, manuseando-as e conversando entre si para compreender o funcionamento delas. *A arma era caseira e a escrivã aparentou curiosa com a arma, bem como o policial S. Ela pergunta coisas como “funciona? você já*

³² Caderno de Campo de A, dia 19/07.

³³ Caderno de Campo de A, dia 28/06.

usou? você trabalha para o tráfico? pra quê tem uma arma dessas? quanto foi? onde ce arrumou?”. Ela achou o preço da arma muito barato [500 reais], enquanto o policial fez uma demonstração de como seria o uso da arma, dizendo que é de grosso calibre, bastante poderosa.³⁴ Em outra ocasião, a mesma escrivã, diante de uma apreensão, analisa [a arma] e aponta para o adolescente. M. (pesquisadora) e eu nos olhamos assustados, a presença de uma arma apontada para alguém é algo que nos traz certo receio. Os policiais começam a rir e recomendam à policial do cartório para baixar aquilo, uma vez que já está prestes a se aposentar e pode ter problemas.³⁵ Em seguida, [...] a arma apreendida foi deixada em cima da mesa, apontando em direção ao rapaz enquanto ele fornecia seus dados [para cadastro no sistema da polícia].³⁶

O encantamento em torno do objeto logo volvia à associação com o poder, e mesmo as armas apreendidas eram utilizadas para a função intimidatória que ali cumpria: [...] *chegou um menino com [ocorrência de] porte de arma. O PM que fez a entrega do garoto ficou apontando a arma, que era caseira, pra mim. Assim que ele percebeu que eu estava com medo ele sorriu e mostrou o cartucho, indicando que a arma estava descarregada, e abaixou o cano. Já na mesa da inspetoria, a arma ficou apoiada de forma que apontasse para a parte em que os meninos ficavam. Imaginei que se eu havia ficado intimidada, eles também estariam.*³⁷

4.2.3. Procedimentos e discricionariedade: entre a regra e a exceção

Segundo observado em campo, a carreira na Polícia Civil divide-se em cinco possibilidades (perito, médico-legista, investigador, delegado, escrivão), dentre as quais o trabalho do investigador consiste em realizar eventuais diligências externas, como transporte de acautelados entre os centros de internação e presídios para o CIA e eventuais investigações. Internamente, a rotina dos investigadores abrange receber a ocorrência, coletando os dados dos jovens e produzindo o auto de apreensão ou termo circunstanciado; apreender e registrar os produtos e instrumentos da infração; retirar digitais de maiores que

³⁴ Caderno de Campo de B, dia 09/07.

³⁵ Caderno de Campo de C, dia 19/07

³⁶ Caderno de Campo de A, dia 19/07

³⁷ Caderno de Campo de A, dia 09/07.

não estejam portando documentos de identificação; ligar para os responsáveis dos jovens para informar sobre o acautelamento; levar os jovens ao banheiro ou providenciar-lhes comida e água, se solicitado; entregar o jovem ao responsável pela próxima etapa de acautelamento. Para o recebimento dessas ocorrências, *a Polícia Militar vai inserindo os casos numa lista e eles [Polícia Civil] chamam por ordem de chegada assim que liberados pelo delegado do plantão.*³⁸

A discricionariedade nos procedimentos internos do CIA foi um dos elementos mais marcantes durante o trabalho de campo. Não foi possível verificar um padrão de trabalho e procedimentos comuns em relação aos adolescentes acautelados. O tratamento que os policiais dispensavam aos jovens podia variar entre diferentes equipes e plantões: *nesse momento pensei que talvez esses policiais fossem mesmo mais educados e respeitosos com os jovens que passam pelo CIA.*³⁹ Ainda, em alguns casos a variação ocorria inclusive dentro da própria equipe: *percebi que todos os policiais neste dia estavam mais respeitosos com os meninos, chamavam pelo nome. Não sei se o problema era o plantão ou o estado de espírito dos policiais dos outros dias.*⁴⁰

A cada mudança de turno podíamos verificar a variação entre tratamentos hostis e acolhedores em relação aos adolescentes, mas a desconfiança era uma constante. Essa diferença no tratamento se fez evidente logo nas primeiras observações, a partir de relatos e vivências no campo que eram muito distintas entre os membros da equipe pesquisadora. *O outro policial, que por sinal ficou todo o momento com um distintivo no pescoço, que estava na porta da inspetoria conversando com um PM, fala para o menino pegar seu casaco em cima do armário e diz “mas só o seu casaco” e fala para o PM que ali tem que ser assim, avisar para pegar só o dele porque “você já sabe” [insinuando que o furto e o roubo é natural e o esperado dos jovens]*⁴¹.

Havia também falta de padrão para a própria recepção dos pesquisadores de nossa equipe, havendo dias em que tínhamos nossa entrada ao CIA liberada sem restrições e dias em que tínhamos que apresentar documentação, passar pelo detector de metais e deixar a mochila para revista: *logo na entrada os seguranças exigem a apresentação da carteira da*

³⁸ Caderno de Campo de A, dia 09/08.

³⁹ Caderno de Campo de B, dia 20/07.

⁴⁰ Caderno de Campo de A, dia 05/07.

⁴¹ Caderno de Campo de B, dia 02/07.

UFMG. Informo que não estava comigo no momento, mas que sua apresentação nunca havia sido requisitada a mim. Me perguntaram há quanto tempo estava fazendo a pesquisa, informei e me deixaram passar, sem pedir nem identidade.⁴² Quanto ao tratamento recebido pelos policiais civis, a oscilação era perceptível inclusive dentro de um mesmo plantão: a policial que nos recebeu nos ofereceu café, bolo e biscoito, e disse para ficarmos à vontade. Ela não parecia incomodada com a nossa presença ali, diferente do policial I. Durante toda a tarde ele agia com certa desconfiança, assim como outro policial que estava no local.⁴³ Em alguns casos, os policiais eram bastante amistosos: Voltam [com uma cachaça que foram comprar num lugar próximo] e oferecem todos pra provarem a cachaça, oferecendo um copinho de café descartável. Me oferecem, falam que eu tenho que provar, pois hoje eu estaria na equipe também. Recuso.⁴⁴

De forma geral, no entanto, parecíamos gozar de um status diferente dos demais frequentadores do prédio frente aos funcionários: *carregar celular não foi permitido enquanto achavam que eu era acompanhante de algum adolescente, só foi permitido quando souberam da pesquisa.*⁴⁵ Entretanto, não raro os policiais faziam uso dessa discricionariedade para resguardar seus interesses ou por desconfiarem de nós. Isso se refletiu tanto nas constantes objeções a adentrarmos na sala, quando das primeiras semanas de pesquisa, sob justificativa de que não estavam cientes da pesquisa (mesmo o ofício de autorização estando colado na parede da inspetoria); quanto na hostilidade contra nós nas últimas semanas de observação, com o aumento do nível de desconfiança conosco.

O próprio uso de algemas nos adolescentes não parecia seguir um padrão. Muito embora, em conversa conosco, os policiais tenham dito que só algemavam *em caso de autoextermínio ou em que o jovem oferecia resistência*⁴⁶, mas que *à noite, algemam todos na inspetoria por questões de segurança (tem mais gente para o mesmo número de policiais)*⁴⁷; a observação evidenciou que os adolescentes que chegavam algemados não pareciam possuir o perfil descrito, nem eram reportados como tal. A título de exemplo, em certa ocasião, *chega um menino sem camisa, com a mão algemada em uma outra menina (sua irmã) e uma algema*

⁴² Caderno de Campo de C, dia 02/08.

⁴³ Caderno de Campo de D, dia 02/07.

⁴⁴ Caderno de Campo de B, dia 20/07.

⁴⁵ Caderno de Campo de C, dia 18/05.

⁴⁶ Caderno de Campo de A, dia 21/06.

⁴⁷ Caderno de Campo de A, dia 09/07.

*solta em sua outra mão.*⁴⁸ Assim, além da ausência de critério sobre *quem* deveria ser algemado desta forma, evidencia-se também a falta de procedimento acerca de *como* realizar esta contenção.

Em que pese a existência dessa discricionariedade, pudemos observar que, de maneira geral, há uma marcante diferenciação no tratamento dado a meninos e meninas. *Observando a dinâmica dos policiais com homens e mulheres, é perceptível que há, a todo momento, uma tentativa de sobreposição e dominação pelo poder dos homens, ao passo que essa exaltação não existe frente às mulheres.*⁴⁹ Os jovens, na maioria das vezes, são tratados com rispidez, não têm liberdade para se expressar e costumam ser reprimidos constantemente, seja por falarem, seja por quererem trocar de lugar ou por fazerem alguma pergunta aos policiais: *o adolescente se levanta, um outro policial o repreende e o adolescente afirma que está cansado de ficar ali, policial altera a voz, o adolescente deita no banco, é repreendido outra vez, e o adolescente acata a ordem.*⁵⁰ As jovens, por suas vezes, nas mesmas situações que os adolescentes, podiam se expressar com maior liberdade: *conversavam entre si e não foram repreendidas pelos policiais. Confesso que isso me surpreendeu, pois quando são os adolescentes do sexo masculino conversando, logo são silenciados*⁵¹. Ainda, se questionavam determinado procedimento não eram reprimidas da mesma maneira que ocorria com os rapazes, assim como não tinham que obedecer a subordinações corporais rígidas, recebendo tratamento diferenciado. *Chega uma menina, aparentava ter 14 ou 15 anos, na sala, conduzida por um policial. Mas ela não estava nem com as mãos para trás e nem cabeça baixa (diferentemente dos outros jovens que circularam pela Inspetoria no dia), andava olhando para frente e com a mão na boca (parecia apreensiva). [...] Um policial pergunta em tom calmo “Mocinha, então quer dizer que você anda roubando celular?”.*⁵²

Observamos que presença de uma figura feminina, em certos momentos, é desafiadora à forma de atuar dos policiais, acostumados à dinâmicas masculinas e masculinizadas: em certa ocasião, nos deparamos com uma adolescente que *estava lá por “desacato” com alguém da escola. Uma das policiais começou a pegar as informações dela, perguntou se a mãe dela sabia que ela estava lá, e ela respondeu tranquilamente. A situação*

⁴⁸ Caderno de Campo de B, dia 02/07.

⁴⁹ Caderno de Campo de A, dia 21/06.

⁵⁰ Caderno de Campo de C, dia 12/07.

⁵¹ Caderno de Campo de C, dia 12/07

⁵² Caderno de Campo de B, dia 18/06.

*só ficou incomum quando perguntou se a menina usava drogas, e ela respondeu que não iria dizer nada daquilo para ela. A policial respondeu “tá bem, você fala isso só pro juiz, eu não te canso, você não me cansa e fica todo mundo bem”. A garota pareceu muito pouco submissa às ordens da instituição, e os policiais não sabia muito bem como lidar com aquilo. Em um momento, ela se levantou saiu do banco, foi até a mesa e pediu para ir ao banheiro. Os policiais ficaram completamente sem reação e demoraram alguns segundos para dizer que iriam levá-la até lá. Foi uma situação até engraçada, percebi como eles ficaram desconcertados com o comportamento da garota e estavam lidando relativamente bem com a situação.*⁵³

Também observamos que por vezes os meninos são alvo de suspeitas sobre sua verdadeira idade, em especial quando não portam identificação, algo que não ocorre com as meninas. Principalmente quando possuem barba, os policiais imediatamente desconfiam, como se o acautelado quisesse burlar as regras para evitar o sistema penal.⁵⁴ *Na hora de fazer o registro eletrônico os policiais desconfiam que um dos meninos passou nome de outra pessoa, talvez um irmão e dizem “Se a gente descobrir que ce tá passando nome de outra pessoa, vai pegar pro seu lado... a gente devia quebrar seu dedo pra saber logo quem é da próxima vez”.*⁵⁵

Observamos que os jovens rapazes são vistos pelos policiais como mais perigosos e recebem um tratamento distante e agressivo. Por sua vez, as meninas geralmente são vistas como menos perigosas e tratadas com mais cordialidade, e inclusive em alguns momentos lhes é permitido ficar em pé sem serem repreendidas, algo que não foi observado com os meninos.

O atendimento a pedidos frequentes como ir ao banheiro, beber água, assim como de alimentação e uso de remédios, estes menos comuns, fica à critério do policial demandado, que decide se permitirá que o adolescente tenha acesso a algum desses quatro elementos. Ao longo do trabalho de campo, nos deparamos com situações em que o adolescente pedia diversas vezes para ir ao banheiro e não era atendido, enquanto outros pediam somente uma vez e eram levados. *Um dos meninos pede para ir ao banheiro e um policial prontamente o leva para ir ao banheiro, o que é diferente de todas a vezes que vi alguém pedir para ir ao*

⁵³ Caderno de Campo de D, dia 10/07

⁵⁴ Cadernos de Campo de A e C, dias 21/06 e 09/08

⁵⁵ Caderno de Campo de B, dia 06/08.

*banheiro, pois os policiais diziam que depois levavam mas nunca vi nenhum policial levando ninguém ao banheiro, pelos menos não até esse dia.*⁵⁶

Pudemos ver adolescentes pedindo água e podendo tomar a água do filtro dos próprios policiais, enquanto outros deveriam ir ao bebedouro e outros que recebiam orientação para esperar e nunca eram levados para tomar água. *Um dos meninos pede pra tomar água e um policial respondeu, ríspido, para ele esperar [...] 2 policiais homens discutem para ver quem vai levar o menino para tomar água, enquanto isso a única policial mulher daquele plantão simplesmente se levanta e chama o menino pra ir tomar a água e ir no banheiro.*⁵⁷ Em outro momento, *Um deles pede para ir ao banheiro e o policial responde “ter até tem, mas cê vai ter que esperar”, mas não o leva ao banheiro.*⁵⁸

A distinção de tratamento reiterava no contexto da permissão para que os jovens fossem ao banheiro ou tomar água, que era mais ou menos comum a depender de quem fazia o pedido. Normalmente as meninas tinha seus pedidos acatados com maior frequência por parte dos policiais, o que não significa que não havia resistência.

No que diz respeito aos adolescentes trans, em conversas e durante as entrevistas, os policiais demonstraram que não existe nenhum tipo de protocolo sobre qual banheiro utilizar: *afirmou, porém, ter dúvidas na hora de levar alguma adolescente trans ao banheiro e na hora de realizar revistas policiais na rua.*⁵⁹ Há diversas dúvidas entre os policiais sobre como proceder caso algum(a) jovem trans peça para ir ao banheiro, de modo que, novamente, a discricionariedade é o que impera, pois o procedimento adotado depende do policial em questão. *[...] perguntei sobre a ida ao banheiro das travestis. Alegou não saber como proceder, já que ele nunca levou, por isso não sabe como funciona. Perguntou para outro policial na sala como proceder, este afirmou que leva no banheiro de pessoas com deficiência, porque não há um procedimento padrão.*⁶⁰

Sobre o uso de medicação, ao receberem o adolescente, era comum os policiais perguntarem se ele havia levado alguma medicação para tomar, a depender do que consta no REDS. No entanto, quando era dos adolescentes a iniciativa de pedir remédio, a situação se era mais complexa: *a garota pediu para que a mãe comprasse uma medicação para dor de*

⁵⁶ Caderno de Campo de B, dia 16/07.

⁵⁷ Caderno de Campo de B, dia 20/07.

⁵⁸ Caderno de Campo de B, dia 16/07.

⁵⁹ Caderno de Campo de C, dia 21/06.

⁶⁰ Relatório de entrevista com investigador, feito por C.

cabeça, o policial disse que “remédio aqui é só com receita”, mas alguns minutos depois a mãe conseguiu dar água e remédio à filha.⁶¹ Os constrangimentos impostos aos meninos para obter medicação eram ainda maiores: chega um adolescente na sala. Ele logo afirma que está passando mal. O policial militar que fez a condução afirma que o adolescente se queixava desde o momento da abordagem. O policial civil afirma que para vender droga o adolescente não passava mal.⁶²

O deboche quanto aos pedidos dos adolescentes, seja para usar o banheiro e tomar água, ou por pedir maiores informações sobre o que acontecerá com eles eram constantes: *o último adolescente a chegar pede para ir ao banheiro, diz estar apertado há 3 horas. Um policial civil o manda se sentar e diz que irá levá-lo. Depois disso, fica em pé e começa a debochar com outro policial do adolescente que precisava usar o banheiro.⁶³ Ainda que houvessem situações em que essas perguntas ou pedidos eram respondidas ou atendidos com cortesia, essas causavam estranhamento em nós observadores, já que eram raras e fugiam do padrão observado de tratamento que os policiais davam aos jovens.*

A mudança no tratamento dos adolescente acontecia a todo momento. Às vezes verificava-se um clima mais ameno, que permitia maior interação na relação entre os jovens e entre os policiais e os jovens. *[...] o rapaz parecia à vontade com os PMs, conversam e riem.⁶⁴ Porém essa interação era fluida e instável, podendo mudar no momento seguinte a partir da ordem de algum policial para que o assunto se encerrasse ou para que os jovens se calassem.*

Mesmo a coleta de informações dos adolescentes parece não ter forma definida, ainda que os campos para preenchimento sejam fechados: os policiais *fazem um registro dele [adolescente] pelo computador, colocando vários dados, coletando biometria digital e tirando foto com uma web cam. Eu pergunto se esse procedimento é novo, pois nunca tinha acontecido nas minhas outras idas, e me respondem que na verdade o procedimento é antigo, mas que agora eles eram obrigados a segui-lo, que antes era opcional.⁶⁵ Nos dias posteriores, no entanto, este procedimento não foi integralmente observado.*

A revista e recolhida dos pertences e objetos pessoais dos jovens também ficavam a critério do policial. Foram observados momentos em que permitiram aos adolescentes

⁶¹ Caderno de Campo de D, dia 02/07.

⁶² Caderno de Campo de C, dia 02/08.

⁶³ Caderno de Campo de C, dia 12/07.

⁶⁴ Caderno de Campo de B, dia 09/07.

⁶⁵ Caderno de Campo de B, dia 06/08.

permanecer com seus objetos pessoais enquanto aguardavam na sala da Inspetoria: *Os dois [rapazes que estavam sentados esperando a oitiva na sala da Inspetoria] estava usando seus pertences, bonés e correntes e conversam entre si tranquilamente, sem repreensão dos policiais. Pensei novamente como não há protocolo e os policiais fazem ou repreendem o que querem.* Em outros momentos, foram obrigados a retirar alguns ou todos seus pertences e deixá-los em um local específico, longe de seu alcance e à vista da equipe policial: *me surpreendeu que alguns adolescentes têm seus calçados apreendidos, e transitam dentro do local descalços.*

Em contraste a esta falta de uniformidade nos procedimentos pelos policiais, observamos que adolescentes reincidentes se mostraram obedientes às ordens recebidas em outras estadias no sistema como parâmetro de ação. *Logo antes de eu ir embora, chegam mais 3 meninos no CIA [...] Um deles já chega tirando o boné e colocando em cima do armário, sem ninguém dizer nada. Aparentemente já tinha passado por ali.*⁶⁶

Ainda, em certos momentos, os policiais chegavam a se contradizer lidando com uma mesma ocorrência, o que despontava em hostilidade maior contra os adolescentes: *[...] um outro jovem é levado até a sala. A policial pergunta alguns dados, incluindo telefone da mãe. Ele disse que não sabia de cor, e a policial fala para que ele olhe no celular. Ele fica em pé procurando o número por alguns segundos, quando entra um quarto policial na sala e pergunta, gritando e de maneira bem rude, porque ele estava em pé. O jovem diz, em tom bem baixo, que a policial falou para ele procurar o número [de sua mãe no celular], e o policial responde, também gritando e sendo bem rude, que na sala dele ninguém mexe no celular*⁶⁷. Em outros momentos, os policiais pareciam consternados com esta discricionariedade, em especial quando confrontados com recomendações de superiores: *[...] Um dos policiais comenta com um outro que a doutora [acredito que a delegada chefe] queria que eles fizessem revista minuciosa em todos jovens que passassem por ali, e disse que isso não era possível, nem por questões práticas e nem legais.*⁶⁸

Em geral, os adolescentes não eram impedidos de reaver seus pertences apreendidos, bem como a legitimidade de sua posse não era contestada. Entretanto, houve ocasiões em que eles eram submetidos a constrangimentos: ao perguntar ao policial *se poderia ficar com sua*

⁶⁶ Caderno de Campo de B, dia 06/08.

⁶⁷ Caderno de Campo de B, dia 18/06

⁶⁸ Caderno de Campo de B, dia 03/08.

correntinha, que havia sido apreendida junto com a arma, ao que ele respondeu que tudo que era autuado ficaria retido, salvo se ele tivesse nota fiscal. Ninguém ali nunca pediu nota fiscal para bonés, blusas ou mesmo as vestimentas gerais dos garotos, mas, estranhamente, uma correntinha com chances de ser de ouro já levantava esse tipo de contestação.⁶⁹ Isso ocorria não só com pertences, mas também com valores apreendidos, que eram sempre interpretados como “dinheiro sujo”, associado à suposta infração: um adolescente pergunta ao policial militar onde seriam deixados os 50 reais que foram apreendidos com ele, o policial militar disse que o juiz decidiria.⁷⁰

Observamos episódios bastante violentos de revistas, cuja condução era muito distinta da observada corriqueiramente (que, por si, já não eram uniformizadas), o que reforça o caráter discricionário da prática profissional. *Chega um outro rapaz, preso por tráfico [...], pedem seu nome e, quando ele vai se sentar, um dos policiais pede para ele abaixar as calças e ficar só de cueca para ver se ele não portava nada mais. Foi bastante constrangedor para nós, mas para o menino deve ter sido muito pior.⁷¹ Ainda, em outra observação, durante a revista, os policiais [...] pediram que ele [adolescente] tirasse a blusa, levantasse a camisa, subisse as calças até a coxa, revirasse os bolsos para fora e apertasse o saco. Este último pedido foi negado pelo rapaz, constrangido, ao que o policial novamente o ordenou, sob justificativa de que ele poderia ter alguma arma ali e assim aparentemente ele ia descobrir. O rapaz obedeceu.*

Diante dessas disparidades, em certa ocasião, um de nós perguntou a um inspetor a razão pela qual ele sempre pedia para os adolescentes levantarem a camisa e se postarem de frente e de costas no âmbito da revista. O agente respondeu que este era o procedimento padrão para verificar possíveis objetos escondidos. Entretanto, mesmo no seu turno, foi observado que ele era o único a proceder daquela maneira.

Quanto à disposição dos adolescentes no ambiente, também não parecia haver uma regra. Em certos momentos, separavam-se homens de mulheres, porém em outros, a separação era entre adultos e adolescentes, mas havia igualmente exceções. *O policial, que*

⁶⁹ Caderno de Campo de A, dia 09/07.

⁷⁰ Caderno de Campo de C, dia 09/08.

⁷¹ Caderno de Campo de B, dia 06/08.

*antes disse que estavam todos sentados longes um dos outros pois havia um maior, diz para todos os 4 sentarem no mesmo banco.*⁷²

A discricionariedade que pauta o trabalho dos profissionais não é regida pela proteção e garantia dos direitos dos jovens acautelados. O tratamento dado aos jovens varia de acordo com o profissional, com seu humor, com a situação e dinâmica do ambiente, e varia de acordo com qual jovem o policial se refere e dirige seu tratamento. [...] *atentamos para a ausência estrutural de procedimento nas práticas dos agentes, o que se pode observar pela inconstância dos critérios utilizados para registrar e receber as ocorrências (recebimento era reduzido na hora do almoço ou quando o cartório está sobrecarregado), direcionar ao cartório, levar os meninos ao banheiro ou dar água e comida, definir o teor das perguntas para lavrar a autuação, no tratamento dos jovens, dentre outros. Diria que o excesso de discricionariedade é o ponto central das problemáticas de lá: até para aprender o ofício, os policiais novos não contam com um manual ou normativas, mas sim com a transmissão informal do know-how [cheio de vícios] dos colegas veteranos.*⁷³

4.2.4. Sobre nome social, documentos campo e lacunas: "não posso falar que é viado, né"

Durante as observações no campo da Polícia Civil foi possível notar uma série de situações em que as diversas experiências dissidentes de gênero e sexualidade não eram reconhecidas pelo sistema socioeducativo como existentes, seja pela falta de informação ou pelo preconceito existente: [...] *o policial comenta que de vez em quando aparecem alguns afeminados, 'falo assim porque não vou falar que o cara é viado né'*⁷⁴.

O próprio ambiente não se mostra receptivo a pessoas com vivências diversas de gênero e sexualidade, independentemente de quem seja. *O ambiente é marcado pela realização de uma série de piadinhas machistas, por parte de homens e mulheres, comentários homofóbicos [inclusive sobre um policial homossexual] e preconceito religioso contra religiões de matriz africana. O ambiente era bastante amistoso entre os policiais.*

⁷² Caderno de Campo de B, dia 13/07.

⁷³ Caderno de Campo de A,

⁷⁴ Caderno de Campo de C, dia 28/06.

*Contou caso e usou termos viado e baitola com cunho pejorativo.*⁷⁵ Um dos policiais chegou a afirmar que “*é tudo uma confusão essa coisa de homo, trans, gay*”⁷⁶.

Em uma conversa durante o trabalho de campo, muito embora o policial tenha nos dito *que fez um curso pela Polícia Civil sobre “grupos vulneráveis” que foi muito esclarecedor, segundo o policial, “aprenderam muito sobre como lidar com população de rua, pessoas trans, entre outros” [...] o policial demonstra grande desconhecimento de termos em relação à identidade de gênero e orientação sexual. Entretanto, tem cuidado na fala para não ser desrespeitoso e se mostra disposto a aprender.*⁷⁷

No que tange ao preenchimento do nome social ou orientação sexual no REDS, observamos que são campos que não são perguntados aos adolescentes, apesar da Resolução SESP N°18, de 25 de abril de 2018. Há inclusive uma grande negligência por parte dos policiais civis em relação ao nome social. *Quando perguntado sobre nome social [...] sua resposta não me foi nada surpreendente: “Não tem isso porque o que importa é o que tá no registro. Se chega um menino Rafael querendo ser menina não tem disso não, o que vale é o que fala no documento. Se é menino é menino.” Então perguntei como seria se o jovem reivindicar ser tratado por nome diferente do que diz a identidade, ao que ele respondeu: “Se eu for perguntar pra todo mundo qual o nome que quer ser chamado, aí não tem jeito né. O documento que eu fizer não tem nem valor legal.”*⁷⁸

No relato acima o policial não só nega a possibilidade e o direito ao uso do nome social à trans e travestis no CIA-BH, como também ridiculariza a questão. Assim, percebe-se que o policial trata o nome social como mais uma burocracia ao ofício policial, que retardaria e dificultaria seu trabalho, e não como um direito, ignorando tratar-se de direito que possui amparo legal.

Enquanto isso, outro policial relata que sim, o nome social é um direito que é respeitado pelos policiais: *[Quando questionado sobre ter que preencher nome social de algum jovem, ele relatou que ele nunca teve nenhum caso em que o nome social foi requerido]: “Mas houveram casos recentes aqui, houve um caso recente de uma pessoa, acho que era até maior de idade, e essa questão do nome social teve que preencher lá. Mas*

⁷⁵ Caderno de Campo de C, dia 21/06.

⁷⁶ Caderno de Campo de C, dia 09/08.

⁷⁷ Caderno de Campo de C, dia 05/07.

⁷⁸ Relatório de entrevista com escrivão, feito por B.

*eu num sei direito como é que foi. [...] quando a pessoa vai ser ouvida tem um campo que a gente preenche no sistema da qualificação dela né, que é o nome e tal tal tal. Aí nesse caso tem opção lá, é, nome social. Então, por mais que um registro, me corrige se eu tiver enganado, no registro tá um nome, a pessoa prefere ser chamado de outra forma, e aí a gente preenche lá, né, existe essa possibilidade. [...] A gente vincula, fica registrado aí para sempre, então nesse momento é como ela quis registrar daquela forma.”*⁷⁹

Nos dois relatos acima, os policiais entrevistados eram escrivãos. Entretanto, a discrepância na fala dos policiais sobre o nome social expõe novamente as contradições observadas na prática da profissão. O nome social não é encarado como um direito dos jovens: na prática, fica a cargo do policial em questão permitir que jovens travestis e transexuais sejam tratados pelo nome social.

As divergências nas narrativas dos policiais aparecem em diversas entrevistas. Em algumas, nega-se a possibilidade do nome social, enquanto em outras afirma-se o nome social enquanto um direito. *Entretanto, num caso em que uma mulher trans tinha um nome masculino em seu registro, ela foi o tempo todo chamada por este nome porque alegou-se que o policial não poderia tratá-la pelo seu “pseudônimo” por isso ser uma questão tão somente social.*⁸⁰

Muitas vezes, ainda, há desinformação por parte dos policiais sobre a possibilidade do nome social, bem como seu valor legal. Isso fica mais explícito durante uma entrevista conduzida com um delegado: *Sobre o nome social, por fim, disse que normalmente não usam – eles próprios não pedem para não se sentirem constrangidos. Também não tinha certeza se havia espaço para inserir isso no PCNet, apesar da existência no REDS – que ele saiba, não tinha.*⁸¹

Na entrevista conduzida com o juiz de Direito, esse relatou que o nome social é plenamente respeitado durante as audiências, porém que não é respeitado pelos agentes policiais. Segundo ele, em seus vários anos trabalhando como juiz na Vara da Infância e Juventude não houve nenhum caso em que os documentos redigidos pelos policiais continham o nome social.

⁷⁹ Entrevista com investigador..

⁸⁰ Relato de entrevista com investigador feito por A.

⁸¹ Relato de entrevista com delegado, feito por A.

4.2.5. Geração dos atos infracionais

As vivências dissidentes de gênero e sexualidade dos adolescente não eram evidentes no dia a dia do CIA, como observado pela equipe de pesquisa em campo. Tal ausência marca uma invisibilidade dessas questões no espaço. Porém, diversos relatos dos policiais, tanto ao longo das observações quanto durante as entrevistas, confirmam que esses corpos dissidentes passam, sim, pelo CIA-BH.

Como pudemos observar ao longo das semanas de trabalho de campo, há uma diferença marcante no modo como os policiais, em geral, encaram os delitos cometidos por meninos e meninas. Alguns policiais confirmam e reafirmam tal diferença, identificando, por exemplo, uma suposta distinção na natureza dos delitos cometidos por meninos e meninas no CIA: *Em geral, há mais meninos nas ocorrências, e se relacionam a tráfico, roubo e furto. As meninas praticam mais furto.*⁸²

Em diversas entrevistas os policiais atribuem causas para essa diferença, delimitadas mais pelas diferentes visões e entendimentos que os próprios policiais têm sobre o que seria próprio de cada gênero que por observações práticas do ofício. Durante uma entrevista com um investigador da polícia civil, foi afirmado que *as diferenças na natureza do “delito” [termo usado pelo policial] de homens e mulheres se devem ao fato da mulher ser mais caseira mais sossegada mais família, o homem vai mais pra vida do crime, é mais vulnerável, vai mais pra rua que a menina.*⁸³

Em uma outra entrevista, o policial também percebe que há uma diferença nos delitos cometidos e nas motivações, porém atribui uma causa diferente: *Esses jovens que vêm aí, eu percebo, que tem a ver muito mais com status, de ter o bem, ter o dinheiro para ser jovem né... E essa vontade eu vejo que tá mais mais presente entre um público masculino, de querer aparecer, de querer tá em evidência e tal. Então essa é a minha justificativa para ter mais preso homem, porque normalmente quando tem menina ou é briga ou são pequenos furtos raramente vai ser um tráfico ou um crime mais grave.*⁸⁴

Em alguns momentos, os policiais inclusive identificam que o modo de se portar, seja dentro da sala da inspetoria, seja durante a oitiva policial, é diferente entre meninos e

⁸² Relato da entrevista com delegado, feito por A.

⁸³ Relatório de entrevista com investigador, feito por B e C.

⁸⁴ Entrevista com escrivão.

meninas: *Como o tipo de crime da menina normalmente é mais brando, elas normalmente num tem dificuldade pra contar não [...] o cara que tá todo complicado, cheio de droga, às vezes um homicídio, não sei, vai preferir mentir ou ficar em silêncio né.*⁸⁵

Porém, nem todos policiais relataram identificar tais diferenças (na natureza do delito, nas motivações ou no comportamento) entre meninos e meninas. *Ao perguntar se há diferença da natureza do delito, ele nega, dizendo que “É tudo tráfico, roubo e furto” e que o modo de atendê-los é o mesmo, pois “São todos delinquentes, o procedimento é todo igual”. Contrasta com isso nossa observação: durante a realização de uma oitiva a um adolescente, me chamou atenção a pergunta sobre filhos feita a ele. Mas logo percebi que era uma pergunta padrão [para a oitiva ...]. Foi uma situação diferente de quando perguntaram à jovem sobre ela ter filhos, pela maneira como a abordagem foi feita, percebi que foi uma pergunta que surgiu direcionada especificamente a ela. Os adolescentes do sexo masculino nunca são perguntados sobre filhos a não ser para preenchimento da ficha de cadastro.*⁸⁶

Nesse contexto, importa destacar que pudemos observar que o papel social da mulher enquanto mãe é reforçado por parte dos discursos dos policiais, tanto em relação às adolescentes que ali transitam, quanto em relação ao núcleo familiar dos adolescentes em geral. Assim, observou-se nos discursos dos policiais a reafirmação de ser a mãe a responsável legal cujo dever é comparecer no local, bem como é a mãe quem falhou na educação do adolescente, criando as condições para que o ele chegasse ali. *O primeiro menino que foi chamado para o cartório volta e um dos policiais pergunta “sua mãe não tá aí, não?”. Essa pergunta me pareceu reforçar a idéia de que são as mães que buscam os filhos, são elas que cuidam.*⁸⁷

Em uma entrevista com um delegado, ao ser perguntado da natureza do delito cometido por meninos e meninas, ele afirmou que: *A natureza [do delito cometido] é a mesma para os dois, tem muita menina que vem para cá por causa de roubo. Tem muito furto também, às vezes furto da menor com a mãe, a mãe coloca menina para furtar lá alguma coisa no supermercado. Tráfico também tem. Com menor de idade, independente de ser menino ou menina é basicamente isso.*

⁸⁵ Entrevista com escrivão.

⁸⁶ Caderno de Campo de C, 19/07

⁸⁷ Caderno de Campo de B, 06/08

Durante uma entrevista com um escrivão, pudemos notar que sua visão sobre essa ausência de diferenciação dos adolescentes baseada no gênero partia de uma visão que buscava igualar tanto meninas quanto meninos como “delinquentes”, “bandidos”: *Questionei se ele imaginava o porquê de a natureza [do delito] ser mesma, e ele respondeu rispidamente “Porque são todos vagabundos” o que, na sua visão, confirmaria a ideia de que, independentemente do gênero, a índole era a mesma, garantindo que a natureza do delito cometido fosse a mesma.*⁸⁸

Supostas diferenças na natureza do delito cometido também são observadas por alguns policiais em relação a adolescentes dissidentes de gênero e sexualidade, enquanto outros não notaram diferenças substanciais. Os que afirmavam essa diferença, ressaltaram que tais jovens se envolvem mais em casos de furto, roubo e briga, apesar de também se envolverem com tráfico: *Tanto menina quanto menino homossexual normalmente é roubo, furto e tráfico*⁸⁹

No que diz respeito à natureza do delito, os policiais também relataram encontrar diferenças naqueles cometidos por jovens dissidentes de gênero e sexualidade: *Sobre a natureza do delito, afirmou que o padrão do ato infracional de uma menina masculina é o mesmo que dos meninos. Os meninos afeminados, por sua vez, são levados à delegacia mais por briga, com família, namorado, alguém que o ameaçou. Quanto às travestis[...] os atos infracionais geralmente são tráfico, furto e roubo.*⁹⁰

Numa entrevista conduzida com um delegado da Polícia Civil, quando questionado sobre a natureza de atos cometidos por travestis, ele respondeu: *Normalmente ocorrência envolvendo travesti que já apareceu no meu plantão geralmente é de briga. Às vezes o travesti está na rua para conseguir cliente, fazendo programa e tudo mais, e aí há um desentendimento entre o cliente e ele. E aí um ou outro chama a polícia militar e vem todo mundo para cá. Briga na rua costuma ocorrer bastante também”.*⁹¹

4.2.6. Relações de gênero entre os profissionais

⁸⁸ Entrevista com escrivão.

⁸⁹ Entrevista com escrivão.

⁹⁰ Relatório de Entrevista com delegado, feito por C.

⁹¹ Relatório de Entrevista com delegado, feito por C.

A jornada de trabalho dos policiais inspetores ocorre por meio de plantões. Trabalham por 12h seguidas, folgam 24h, trabalham 12h e depois folgam 48h. Assim, o contato entre as equipes de mesmo cargo é reduzido, visto que só se encontram no horário da troca de plantão ou em uma eventual troca de turno. Observando o labor desses profissionais, foi possível apreender como é a relação que estabelecem entre si, além da rotina do ofício.

Segundo nos contou um investigador em entrevista, o cotidiano do trabalho de investigadores no âmbito da Polícia Civil *consiste em receber informação de quantos presos estão acautelados, receber a demanda [verificar se têm competência sobre o caso, se é típico, ouvir as partes, realizar o inquérito policial], oficiar o juiz e dar uma destinação ao jovem.*⁹² O ofício dos investigadores, consiste em [...] *colher os depoimentos das pessoas envolvidas na ocorrência; e o escrivão é o responsável por dar fim aos materiais que são apreendidos, seja uma droga, ou uma arma que a encaminha para a criminalística... é um serviço mais administrativo mesmo.*⁹³ Quanto à distribuição interna das atividades nas equipes, no que cabe aos investigadores, [...] *disseram que eram distribuídas segundo as vontades de cada um no plantão: alguns preferem diligência externa, outros preferem receber a ocorrência, outros ficar papeando lá fora.*⁹⁴

Na prática, foi possível notar que a distinção e organização de tarefas a serem executadas internamente nas equipes são fortemente marcadas pela forma como se produz gênero naqueles espaços. Há tarefas que, usualmente, são exercidas por alguma policial no plantão, como por exemplo a feitura de café: [...] *todas a vezes que os presenciei fazendo o café era a moça da faxina, à exceção do primeiro dia em campo*⁹⁵.

O término da realização do café era religiosamente marcado pela frase “Olha o café cruzeirense” por parte da faxineira: *A faxineira chega trazendo uma garrafa de café cheia, dizendo “Café fresco igual o Cruzeiro”. Ela fala isso toda vez.*⁹⁶ *Logo que sentei, a faxineira [que até hoje não sei o nome] entra na sala, e depois de ver que as garrafas de café estavam vazias, sai dizendo que ia fazer mais café fresco, café Cruzeiro.*⁹⁷ *Todo santo dia ela faz a mesma piada e todas as vezes os policiais acham graça.*⁹⁸

⁹² Relatório de entrevista com investigador, feito por A.

⁹³ Entrevista com escrivão.

⁹⁴ Caderno de Campo de A, dia 09/08

⁹⁵ Caderno de Campo de A, dia 05/07.

⁹⁶ Caderno de Campo de B, dia 20/07.

⁹⁷ Caderno de Campo de B, dia 03/08.

⁹⁸ Caderno de Campo de B, dia 03/08.

Quando indagados sobre a atribuição da tarefa de fazer o café, [...] *uma policial diz que normalmente cada equipe faz o próprio café, às vezes quando estão muito ocupados, a faxineira quem faz*⁹⁹; já outro policial, perguntado *em uma ocasião, em outro plantão, quem fazia o café, ao que ele respondeu que eram as mulheres da faxina sempre*¹⁰⁰.

A divisão da feitura do café é tão marcante que duas ocasiões merecem destaque. Uma delas foi a de um turno em que não havia nenhuma mulher presente, por conta de diligências externas, e os homens queriam tomar café, ao que, em vez de o fazer, optaram por ir até a padaria comprá-lo pronto¹⁰¹. A segunda está contida no seguinte relato: *já apontei em outros relatórios que fazer café é uma atividade feminina para eles, apesar de negarem quando perguntados. Hoje, P. se ofereceu para fazer o café, ao que R. respondeu “duvido”. Não tinha açúcar nem café, então os policiais ficaram de esperar D. [uma agente de outro setor] para pedirem emprestado os ingredientes. Ela chegou e disse não os ter também. No fim, fizeram uma vaquinha e foram comprar os ingredientes. Voltando com eles, ficaram um tempo parados, até que a moça da faxina [do café cruzeirense] fez o café. A tese dos homens que não fazem café segue inabalada*¹⁰².

Além disso, outra tarefa marcada pela divisão de gênero é atender ao telefone. Quando há uma policial na equipe no momento em que o telefone da Inspetoria toca, parece já haver um acordo implícito de que é sua função atender. *O telefone toca e ninguém se move. A única policial mulher é quem atende. Parece que as policiais mulheres que são encarregadas dessa função.*¹⁰³ Isso se repete em relação a outras atividades: [...] *poucos minutos depois, ela [a policial] chega com um galão de água, que havia acabado. [...] não pude evitar de pensar em como as mulheres de lá são sistematicamente usadas para essas tarefas de secretariado. Ainda, nas tarefas mais próprias da profissão, elas parecem sempre mais ligadas a tarefas administrativas [papelada e qualificação dos adolescentes], enquanto os homens ficam com as mais relacionadas a movimentação (tirar digital, levar os meninos ao cartório)*¹⁰⁴. As tarefas que exigem pouco esforço físico e/ou que causam maior sensação

⁹⁹ Caderno de Campo de B, dia 16/07.

¹⁰⁰ Caderno de Campo de A, dia 16/07.

¹⁰¹ Caderno de Campo de A, dia 16/07.

¹⁰² Caderno de Campo de A, dia 19/07.

¹⁰³ Caderno de Campo de B, dia 06/08.

¹⁰⁴ Caderno de Campo de A, dia 16/07.

de poder e controle sobre os adolescentes normalmente são realizadas pelos policiais homens..

Sobre o tema, ainda, cabe retomar, dentre os relatos contidos no tópico 4.2.2. (Da construção da masculinidade, poder e armas), tanto o do uso do coldre com chaveiro feminino quanto, no âmbito da polícia militar, o do policial que segurou ambas as armas para a colega sob a justificativa de que eram pesadas. Ambos servem para explicitar como o gênero a todo momento conforma as relações em todas as esferas de atividades ali desempenhadas.

Também é parte dessas estereotipações corriqueiras, naturalizadas, a prática, informada por um policial, de recorrer à mulher mais “*fortinha*” presente no prédio, ou, em sua falta, a uma mulher *normal* junto a um homem, para levar as adolescentes mais truculentas ao banheiro¹⁰⁵. Para além disso, depreende-se das observações a presença de formas mais perversas de controle normativo praticadas dentro da corporação, inclusive com caráter institucional, reiterado, que ainda reprimem e trazem duras consequências aos agentes dissidentes de gênero e de sexualidade. Exemplo disso é o relato dado por um policial, em conversa conosco: *[...] perguntado sobre o panorama dentro da corporação, disse que existem policiais que são LGB [mais recorrente entre as mulheres], mas a maioria não é assumida. Deu o exemplo de um amigo que, excepcionalmente, o era e não era destrutado, mas havia alguns episódios de piadinhas, contra os quais o amigo rebatia reforçando a masculinidade e virilidade: “sou mais homem que você”, como se desvios de sexualidade fossem permitidos desde que dentro dos padrões de gênero. Se não se adequam ao papel social de gênero [“dão pinta”, são mais afeminados], “os caras somem com ele, escondem lá pro interior”*.¹⁰⁶

Essas distinções parecem ser partilhadas pelos adolescentes homens, refletindo na diferença com que tratam e recebem as ordens de policiais homens e mulheres ali: *[durante a oitiva de um adolescente, [...] são feitas perguntas sobre o momento da abordagem policial. Ao final das perguntas o adolescente se sente mais à vontade, talvez pela única autoridade presente ser uma mulher, e reclama acerca da abordagem policial. Afirma que “daquele jeito o Brasil não iria para a frente”, em virtude dos policiais e sua forma de atuação. G. sai da sala e o adolescente continua reclamando. Ao retornar, G. é firme e o manda sentar-se direito na cadeira e ele se cala. Entretanto, começa a olhar o corpo da policial, que estava de*

¹⁰⁵ Caderno de Campo de A, dia 05/07.

¹⁰⁶ Caderno de Campo de A, dia 05/07

*costas, pude notar que foi sua forma de se vingar da repreensão que havia sido feita a ele. Seus olhos encontraram os meus e, num tom debochado, ele fez uma expressão de prazer ao voltar a observar o corpo da policial. Me senti bastante mal naquela situação. Ele buscou um olhar masculino na sala para compartilhar aquele ato de assédio.*¹⁰⁷

Ao observar as conversas informais entre os agentes, pudemos notar várias situações relevantes à reflexão aqui proposta. A começar pelos assuntos: parecia haver tópicos preferenciais que polarizavam os participantes: *os policiais conversam entre si sobre diversos assuntos, como imposto de renda, acupuntura e massagem [as policiais mulheres] e cortes e modo de preparo de carnes [os policiais homens]*¹⁰⁸.

De modo geral, as mulheres pareciam mais sensíveis a situações de discriminação de gênero: *enquanto passava Video Show na TV, a policial reclama que somente mulheres apresentam programas nojentos da Globo como o que estava passando*¹⁰⁹. Em outra ocasião, [...] *uma policial, que estava em diligência, voltou, ao que foi recebida por L. [um inspetor]:*

- Pra começo de conversa você tá muito sensual hoje.

- Mas calma, explica isso, onde tá a sensualidade? - interpelaram ela e B. [a única outra mulher escalada no plantão].

*- Ah, é que ela fechou agora [o zíper da blusa], mas você tinha que ver como ela tava quando entrou.*¹¹⁰

Nesta mesma equipe, mais tarde, ocorreu uma conversa *sobre o casamento e como as mulheres pressionam os homens com afazeres domésticos a ponto deles se cansarem e quererem se separar*¹¹¹. O conteúdo central é registrado a seguir. *Retornaram a conversar. O tópico da vez era a indignação de B. [inspetora] com o namoro de L. [inspetor] (ele inclusive sugeriu, sarcasticamente, que eu colocasse no relatório). Para ela, o namoro mantido sem a intenção de casar era enrolar a moça. Além disso, reclamou sobre a falta de ajuda nas tarefas do lar: “já pensou sua esposa tomando uma cerveja enquanto você lava vasilha?!”. L. justificou que a cobrança em excesso desmotiva o homem a realizar seus afazeres, ao que ela replicou que ele não deveria deixar as coisas acumularem e ser mais responsável. Olhou para mim revoltada e perguntou “você tá sentindo o mesmo que eu?”. Respondi que não*

¹⁰⁷ Caderno de Campo de C, 19/07.

¹⁰⁸ Caderno de Campo de B, 16/07.

¹⁰⁹ Caderno de Campo de B, 16/07.

¹¹⁰ Caderno de Campo de A, 02/08.

¹¹¹ Caderno de Campo de C, 02/08.

poderia me manifestar. Ela disse, então, que ia sair porque não estava aguentando mais essas ideias. As duas policiais se retiraram, e J. [inspetor] comenta com L. que aquilo era verdade, que quando se namora “essas pestes” [...] já tem pretensão de futuro.¹¹² É impressionante a forma com que a saída das agentes faz os policiais se sentirem mais confortáveis ainda para emitir suas opiniões, apesar da minha presença e da A. [pesquisadora]. É incômodo como questões de desigualdade e opressão em virtude de gênero são ali reproduzidas de maneira naturalizada no ambiente de trabalho.¹¹³

Apesar do tom de brincadeira, havia, em certas ocasiões, verdadeiras depreciações das policiais pelos homens: *chegam 2 policiais que estavam na rua, um homem e uma mulher. Logo que chegam, J. [policia] sai da inspetoria de novo e um dos policiais comenta que eles demoraram muito, e o que tinha voltado da rua diz “pelo menos eu tava com uma mulher”. A atitude é tão naturalizada que ocorre inclusive na presença das mulheres: policial masculino diz que se a policial feminina engordar não irá mais querer ela, mas depois diz que se ela engordar será melhor porque a autoestima dela vai abaixar e ficará mais disponível. Todos, inclusive ela, riem do comentário. [Em seguida, na mesma conversa, diz a outra policial, loira:] “Você pode até ser muito inteligente, mas a cor do seu cabelo não favorece”¹¹⁴.*

A partir da observação destas interações, foi possível notar situações de efetivo assédio enfrentadas pelas profissionais na realização de suas tarefas, relatadas por elas com naturalidade: *[...] neste dia, uma das policiais que estava lá começou a comentar e brincar com os colegas de trabalho sobre sofrer assédio por parte dos colegas policiais e agentes no CERESP. Ela contou que todas as vezes que ia lá, alguém pedia o telefone dela, até que em um momento ela disse que teve de mentir sobre um relacionamento para que os homens parassem de tentar flertar com ela. Todos os colegas brincaram com ela, e disseram que ela seria expulsa do CERESP por seduzir demais.¹¹⁵*

De outro modo, quando as conversas envolviam apenas homens heteronormativos, a comparação com o feminino era artifício para fazer chacota, diminuir a virilidade do destinatário da fala. *Chegam dois agentes socioeducativos na inspetoria, dizendo que*

¹¹² Caderno de Campo de A, 02/08.

¹¹³ Caderno de Campo de C, 02/08.

¹¹⁴ Caderno de campo de C, 21/06

¹¹⁵ Caderno de Campo de D, 31/07.

sofreram agressões de um recuperando, que arranhou um e tentou bater no outro com uma cadeira. Um dos investigadores que estavam na inspetoria pergunta se era unidade feminina, em tom de gozação, e os agentes respondem que claro que não, que era masculina [o que se infere é que, se o ocorrido fosse em uma unidade feminina, o fato seria humilhante, ofensivo à “honra” deles por terem sido agredidos por uma adolescente].¹¹⁶

4.2.7. Relações de gênero entre os profissionais e os pesquisadores

Um aspecto importante que percebemos ao longo do tempo em campo foi o efeito que os corpos de nós, pesquisadores e pesquisadoras, causavam nas dependências da delegacia. Tais efeitos, por sua vez, eram permeados por questões de gênero e sexualidade que apontavam na direção das reflexões que acumulávamos em campo. Em determinado dia, *"L., assim que D [pesquisador] saiu para lancha se aproximou de mim. “Posso me sentar?” e sentou de frente pra mim. Começou a falar que não gosta da UFMG - o direito nem tanto porque o pessoal estagia e vai mais normal. Eles são muito forçados, aquele pessoal do campus. Não é preconceito, mas eu acho que eles são demais, querem ser diferentes, fica muito extravagante. Enquanto falava, ele se aproximava de mim [a cadeira era daquelas de rodinha, fáceis de mover]. Lembro de ir um pouco pra trás sempre que sentia ele mais perto, até que cheguei ao limite do armário oposto às minhas costas. Seus gestos pareciam cada vez mais expansivos, ao ponto de suas mãos começarem a passar rentes a minha perna. Assim que o D voltou, ele se levantou e permaneceu o resto do dia afastado."¹¹⁷*

O corpo dos pesquisadores no espaço também foi pautado pela performance de gênero, e nas masculinidades de cada pesquisador. Entre os pesquisadores que perfomavam um gênero masculino, os policiais conversavam e interagiam mais com um que, naquele ambiente, tinha uma performance de masculinidade que condizia mais com o espaço que com os outros pesquisadores, que eram mais afeminados. *Sinto que de certa forma os policiais não se sentem muito à vontade comigo, exatamente por eu não condizer com a expectativa masculina do ambiente, e eu também não me sinto à vontade perto deles.¹¹⁸*

¹¹⁶ Caderno de campo de B, 18/06

¹¹⁷ Caderno de campo de A, 21/06.

¹¹⁸ Caderno de campo de B, 16/07.

A diferença fica ainda mais evidente quando comparados os relatos da primeira ida a campo de cada um dos pesquisadores. Enquanto houve grande interação entre agentes e pesquisadores que não aparentavam desvios de gênero e sexualidade - [...] *primeiro dia de campo. Ao nos apresentarmos, introduziram o funcionamento do local*¹¹⁹ -, o primeiro dia de campo dos outros pesquisadores, tidos por dissidentes, foi de silêncio e apatia: [...] *minha presença na inspetoria passou despercebida, os policiais não dirigiram a palavra a mim, a não ser uma policial que nem mesmo era investigadora da inspetoria.*¹²⁰

Mesmo nas outras idas, quando as duplas de pesquisadores correspondiam a dois sujeitos não heteronormativos, o estranhamento se mantinha: [...] *a permanência minha e do A. [pesquisador] no CIA parece gerar certo incômodo aos profissionais, sobretudo os homens, que parecem não se sentirem à vontade perto de nós, muitas vezes sendo grossos ou até mesmo nos ignorando.*¹²¹ De forma oposta, quando a dupla compunha-se de dois sujeitos com performances mais próximas da normatividade, havia maior interação e, conseqüentemente, maior conforto dos pesquisadores com o ambiente: [...] *não achei nada muito distinto de um almoço familiar, o que talvez explique porque eu não me senti desconfortável naquele ambiente, ao contrário do que esperava pelo relato [de outros pesquisadores]*¹²².

Finalmente, quando a dupla era composta de um polo dissidente e um normativo, o choque gerado pelas situações de interação produzidas evidenciavam ainda mais a diferença entre as dinâmicas dos corpos naquele lugar conforme os tipos de sujeito presentes: *M. [pesquisadora] fala com um dos policiais e o chama de moço e percebo que ela fica mais à vontade no CIA do que eu. No dia que eu fui com o A. [pesquisador], queríamos perguntar a um policial quais os tipos de documentos que eles produziam ali, e a gente discutiu um pouco sobre como chamaríamos o policial, se por doutor ou pelo nome que ouvíamos os outros policiais o chamando. Inclusive concordamos que chamar de moço estaria fora de cogitação.*

¹²³

A principal impressão que tive foi de que a presença minha e do B, de nossas corporalidades e performances não eram bem vistas pelos policiais homens. Tanto eu como B

¹¹⁹ Caderno de campo de A, 21/06.

¹²⁰ Caderno de campo de B, 18/06.

¹²¹ Caderno de campo de B, dia 02/07.

¹²² Caderno de Campo de A, dia 28/06.

¹²³ Caderno de campo de B, dia 16/07

temos comportamentos e aparências que são normalmente identificadas como de “bichas”. A maneira que sentamos, conversamos, nos vestimos, e vários outros significantes foram percebidos como “não pertencentes” a aquele lugar, às vezes vigiadas, e que grande parte do desconforto do delegado que estava no local se deu em função disso. Não sei se a presença de um homem com uma performance masculina tão demarcada causaria a mesma distorção no campo, e se ele se sentiria tão desconfortável naquele lugar que “cheirava a testosterona” como Eu e B. Toda a instituição parece ser organizada por uma lógica masculinista [às vezes paternalista, como uma colega disse em uma supervisão/reunião]: o futebol, a brutalidade, o xingamento, a ostensividade [o distintivo da polícia civil pendurado no pescoço], o uso extensivo da contenção física [como as algemas].¹²⁴

Essa diferença de tratamento chegou a gerar certo impasse entre os membros da equipe pesquisadora sobre a própria forma de se portar no espaço. Dar mais ou menos pinta, se comportar de maneira mais ou menos afeminada foram aspectos questionados: *Ainda nisso da masculinidade e minha homossexualidade, pensei em como meu corpo ali e não de outro pesquisador afetaria a pesquisa, de modo positivo ou negativo, mas de toda forma não acho que isso faz com que a pesquisa seja menos válida.*¹²⁵

4.2.8. Da construção do adolescente "bandido"

Outro aspecto importante de ser observado é o entendimento dos profissionais do CIA sobre os adolescentes que ali transitam. Havia uma grande dubiedade, na qual o adolescente ora figurava como objeto, incapaz e em formação - o ato infracional a que estava associado, era por extensão, expressão de uma “delinquência de passagem”, nas palavras de uma agente¹²⁶; ora como delinquente habitual, determinado a retornar à instituição, passível de responsabilização plena pelos seus atos - alguns dos agentes, em conversa, chegaram a defender a redução da maioria penal; ao ponto de supor a autoria dos crimes pelo *tipo* do adolescente: *G., em tom informal enquanto os inspetores faziam o cadastro de um rapaz acusado de tráfico, perguntou: “isso aqui não é seu não? E essa cara de usuário sua?”*¹²⁷. Este processo de presunção de criminalidade ocorre inclusive para tipificar ocorrências que

¹²⁴ Caderno de Campo de C, dia 21/06.

¹²⁵ Caderno de Campo de B, dia 16/07.

¹²⁶ Caderno de Campo de E, dia 20/06.

¹²⁷ Caderno de Campo de A, dia 19/07.

sequer são imputadas aos jovens: *[em oitiva a um adolescente trazido ao CIA por porte de arma, a escritã depois chama o menino para perto, pergunta se ele frequenta escola, se tira notas boas, se os professores gostam dele, e pergunta quanto ele ganha no tráfico. Ele responde todas perguntas, dizendo estar na escola, mas fora do tráfico]*¹²⁸. Além disso, ocorre independentemente da ocorrência pela qual o adolescente é acusado: *[...] um policial civil em plantão] fala para o menino pegar seu casaco em cima do armário e diz “mas só o seu casaco” e fala para o PM que ali tem que ser assim, avisar para pegar só o dele porque “você já sabe”*.¹²⁹

Essa primeira atribuição era normalmente vinculada ao adolescente cuja infração era mais leve, que podia, portanto, na visão dos policiais, ser recuperado. Para estes jovens, o sermão era maior: *você não tem perfil de bandido, isso não vai te dar futuro, põe sua família em perigo*.¹³⁰ Sobre as razões de estarem ali, os agentes pareciam atenuar a responsabilidade desses adolescentes: *“o que arreventa esses meninos muitas vezes é o convívio, se eles convivessem com gente de bem, eles seriam do bem”*. Sugeriu que os jovens saíssem de lá incluídos em programas como *jovem aprendiz*¹³¹. Ainda, também era passível de ocorrer quando havia algum elemento de aproximação entre agente e adolescente observável: *[u]m jovem, negro, de 18 anos, ou seja, maior, é trazido por dois PMs, um negro e um branco. O jovem parecia à vontade com os PMs, conversam e riem [mas por barulhos externos não ouvi a conversa], sobretudo o PM negro, que o chama por “filho”*.¹³²

Já quanto à percepção do adolescente “bandido”, não havia bem um destinatário definido, todos poderiam ser abrangidos por esta definição a qualquer momento, a depender do arbítrio policial. Nestes casos, que eram os mais corriqueiros, *“[...] não tem conserto, é enxugar gelo, [já que os adolescentes] são sempre liberados”*,¹³³ e o tratamento é mais truculento. Em uma observação, após um adolescente se negar a assinar o MBA, o policial, estressado, o ameaçou, dizendo que agora *“o inferno vai ser maior ainda”*, ao que enrijeceu o tratamento com todos os demais: *“se eu ouvir alguma coisa vou sentar o couro”, “vou quebrar seu nariz, cala a boca”, “seus trouxas”*.¹³⁴

¹²⁸ Caderno de Campo de B, dia 09/07.

¹²⁹ Caderno de Campo de B, dia 02/07.

¹³⁰ Caderno de Campo de A, dia 28/06.

¹³¹ Caderno de Campo de A, dia 28/06.

¹³² Caderno de Campo de B, dia 09/07

¹³³ Caderno de Campo de C, dia 28/06

¹³⁴ Caderno de Campo de A, dia 21/06.

Ainda, há a tendência de homogeneizar os adolescentes, como se fossem todos infratores, indistintamente *“São todos delinquentes, vagabundos [...] o procedimento é igual pois são todos vagabundos”*.¹³⁵ As consequências que esse olhar produzem no ofício dos profissionais dali eram igualmente observáveis: *[segundo relato de uma policial], o juiz (não diz qual) dá internação a partir da 3ª ocorrência por tráfico, e roubo, logo na primeira*¹³⁶. Mesmo na perícia, *o rapaz explicou que fazem um teste preliminar [no caso da maconha, é no “cheirômetro”, a não ser em casos de grande repercussão, envolvendo policiais] e depois mandam para o teste final*.¹³⁷

Salvo algumas exceções, sobretudo por parte das agentes mulheres, as tratativas em relação aos adolescentes são sempre por alcunhas, como “ow”, “colega”, “pecador”, “zé” ou, ainda, preso e vagabundo – eram sem-nome, sem-identidade, embora suas identificações estivessem sempre à mão dos inspetores¹³⁸. O trato dos adolescentes por estes apelidos era subitamente suprimido na presença de autoridades: *[...] um advogado chegou para falar com um adolescente. Policial tratou o adolescente como “senhor” e não mais “Zé”*.¹³⁹ Ainda nesta observação, foi a única vez em que o teor dos documentos a serem assinados foi explicado por um agente ao rapaz, já que a praxe ali era outra, como se vê do seguinte exemplo: *[...] o policial volta com um outro policial e diz para um menino assinar uns documentos. Ele tem dúvida de onde deveria assinar e ele responde, grosseiramente, apontado no papel. Depois ele o apressa, mandando ir mais rápido*.¹⁴⁰

O tratamento dos adolescentes por “menor” e de ato infracional por “crime” era tão corriqueiro que era difícil para nós, pesquisadores, não nos utilizarmos dos termos durante as anotações, já que imersos no meio. *Ao fim do dia, concluindo as anotações no caderno de campo, tive que me policial diversas vezes para não utilizar os termos “menor” e “maior” de idade, trocando por “adolescente” e “adulto”. Ainda que o termo “menor” tenha uma relação com o antigo Código de Menores, e possuir uma conotação muitas vezes pejorativa, a terminologia ainda é muito utilizada no cotidiano dos policiais e me fez, no vício das anotações rápidas que o momento de observação exige, utilizar também os termos da*

¹³⁵ Relato de Entrevista de B, dia 08/11.

¹³⁶ Caderno de Campo de B, dia 09/07

¹³⁷ Caderno de Campo de A, dia 09/07.

¹³⁸ Caderno de Campo de A, dia 21/06.

¹³⁹ Caderno de Campo de C, dia 21/06.

¹⁴⁰ Caderno de Campo de B, dia 02/07

*maneira que escutei durante toda a tarde.*¹⁴¹ Também a corriqueira despersonalização pela omissão dos nomes dos adolescentes era causadora de grande incômodo em nós: [...] *fiquei pensando enquanto escrevia em como é ruim, ao escrever, tratar os policiais, mais do que os meninos, pelo nome – sintomático desse distanciamento que temos com eles. Minha maior preocupação nessa pesquisa é pensar formas de não os tratar tão-somente por objetos de estudo [e secundários, ainda por cima] e não perder a conexão humana que é essencial, penso, a qualquer pretensão de estudo e ação dentro das ciências humanas.*¹⁴²

Também é muito comum essa representação se externar por sentimentos de asco dos agentes em relação aos adolescentes. Ao tocar em um adolescente por ocasião de sua condução a outro setor, certa vez, um agente retornou à inspetoria se queixando de ter que encostar no jovem e imediatamente passou o álcool em gel para esterilizar a mão, como se o adolescente fosse contaminado¹⁴³. Sempre que possível, o contato com o adolescente era evitado, e ainda assim substituídos ela truculência: [...] *um policial chama um dos meninos para assinar uns documentos. O menino dormia e o policial chuta o banco com muita força algumas vezes para acordá-lo, dizendo “acorda fi, sonin gostoso hein”.*¹⁴⁴ Em outra ocasião, o próprio delegado *chega na sala e fica em frente aos jovens, em pé. O menino tosse e o policial diz “porra, põe a mão na boca... nojentos esses meninos”*¹⁴⁵, evidenciando que essa aversão aos meninos era passível de se estender a todos que ali transitam.

O fim do adolescentes que ali perpassam parece ser, na opinião dos policiais, inexoravelmente a morte: [...] *a policial e um dos policiais conversavam sobre um banco de dados da Polícia Civil que facilitaria o trabalho deles. O banco conteria, além do nome e idade do jovem que fosse preso, as impressões digitais, a ficha, telefones da família e endereço. O policial diz que seria bom pois “não teria que ficar colocando a mão nos dedos de defunto”, ao mesmo tempo que apontava para o menino que estava na sala. E diz ainda “olha lá, a mão toda cortada, cheio de crack, claro que ele volta para cá”*¹⁴⁶. Em outra situação, fica ainda mais evidente que este destino é, para os policiais, para além de necessário, querido: *houve barulhos muito altos no terceiro andar, onde ocorrem as*

¹⁴¹ Caderno de Campo de C, dia 19/07.

¹⁴² Caderno de Campo de A, dia 19/07.

¹⁴³ Caderno de Campo de E, dia 20/06.

¹⁴⁴ Caderno de Campo de B, dia 13/07.

¹⁴⁵ Caderno de Campo de B, dia 02/07.

¹⁴⁶ Caderno de Campo de B, dia 02/07.

*audiências. A primeira suspeita era de que alguém teria tentado pular de lá, e este policial ficou repetindo “pula, pula, pula”.*¹⁴⁷

Havia uma ideia de que a própria profissão dos agentes, por lidar com eles, era por extensão menos digna: [...] *mais tarde, em conversa casual, L. [inspetor] confessa que queria ser policial federal “pra não ficar mexendo com esses porcaria” - assim que falou pediu desculpas pela expressão, batendo na boca.*¹⁴⁸

Ao falar sobre os procedimentos de controle de fugas, esse rebaixamento chega ao ápice de associação dos adolescentes a animais, não-humanos: [...] *falou que ocorria casos de fuga de lá da inspetoria. Achei estranho, já que vi sempre eles exercendo um controle rígido dos corpos. G. [inspetora] disse que eles saíam correndo da sala e chegando no saguão principal disfarçavam, saíam andando. Como “a clientela” de lá era muito diversa, a segurança normalmente não desconfiava e eles conseguiam sair. Um policial completou: “isso aqui é rato, você consegue agarrar rato? Quando entra rato no seu quarto você consegue matar, agarrar ele?”.*¹⁴⁹

Toda essa valoração, vale lembrar, é sempre vinculada aos ideais de meritocracia, de merecimento (inclusive, enquanto condição de idoneidade e, em última instância, de humanidade). Exemplo disso é o comentário, por ocasião de *na tv, uma notícia sobre indivíduo que não tem condições de arcar com o processo. Comentário do investigador: “vai trabalhar, ué”.*¹⁵⁰ Frente aos adolescentes, essa ideia implicava em discursos dos policiais sempre reforçando a associação entre a reprovação do ato e a ausência de trabalho, e a presença de um adolescente ali regularmente empregado era vista com incredulidade:

Policial: Eu sou trabalhador honesto e não ando com 30 reais no bolso, você um menino de 17 anos anda com 356 reais. Ô país ordinário.

Adolescente: Eu estava trabalhando com meu tio, peguei o dinheiro do acerto e fui comprar droga.

*Policial: Ninguém vai acreditar na sua história. Você é muito sem sorte.*¹⁵¹

Mesmo valores menores nunca eram creditados enquanto pertencentes aos adolescentes, mas sim fruto de ações ilícitas: *[u]m policial olha na prancheta que fica na*

¹⁴⁷ Caderno de Campo de D, dia 02/07.

¹⁴⁸ Caderno de Campo de A, dia 05/07.

¹⁴⁹ Caderno de Campo de A, dia 09/07.

¹⁵⁰ Caderno de Campo de A, dia 28/06.

¹⁵¹ Caderno de Campo de C, dia 28/06.

janela [que contem as ocorrências e a quantidade de menores e maiores envolvidos] e diz que ainda tem um tráfico com 2 menores. Alguns minutos depois chega um PM conduzindo esses dois jovens e levando também os objetos com que foram apreendidos [somente 2 pinos pequenos e 47 reais].¹⁵²

A reprovação ao ato do adolescente comprovadamente trabalhador parecia causar ainda mais reprovação nos agentes, que viam nisso quase que uma contradição lógica: [...] *durante a lavratura da ocorrência de um adolescente, os policiais o advertem, dizem que ele era um sem vergonha por roubar sendo menor aprendiz. Dizem que não o deveriam aceitar novamente no serviço já que não soube aproveitar a oportunidade.¹⁵³*

Essa construção, por sua vez, é muito próxima da que é indistintamente dada aos adultos. *Novamente conversando, o tema desta vez era a transferência de presos adultos aos presídios, tarefa que parecia ser odiada pelos policiais pelo dispêndio e distância. Não queriam fazer várias idas a Neves por conta da do trabalho dobrado, então debatiam: “cabe 5 na viatura?” “não, cabe 4”. “ah, mas a mulher da pra ir atrás”. Jnão sei qual o procedimento adequado, mas não me pareceu confortável uma viagem a outra cidade no camburão]. “Dependendo cabe até 10 [e riem]”. E continuaram, um tempo depois: “dá pra levar?” “eles levam até 6”¹⁵⁴*

Por conta disso tudo, é difícil para os policiais conceber que os sujeitos que ali perpassam tenham (ou devam ter) direitos, sempre vistos como regalias: [...] *me surpreendeu quando uma das policiais, que foi muito gentil comigo e com alguns adolescentes, se estressou com alguns e chamou eles de “barrigada perdida”, e logo em seguida desabafou comigo dizendo que lá [no CIA] eles eram muito difíceis e queriam de tudo: água, ir ao banheiro, comida, café.¹⁵⁵*

Para além disso, vez que a percepção dos adolescentes enquanto não-humanos é posta, as mais banais situações que desafiassem esse status são mal recebidas pelos agentes. Em certa ocasião, *um quarto jovem é levado até a sala, aparentando 13 anos [depois ouvi ele dizer que tinha 17], que disse que a mãe já estava no CIA e outro policial o manda sentar e diz “veio a família toda, daqui a pouco tão fazendo reunião familiar aqui”. [...] E um policial*

¹⁵² Caderno de Campo de B, dia 13/07.

¹⁵³ Caderno de Campo de C, dia 19/07.

¹⁵⁴ Caderno de Campo de A, dia 21/06.

¹⁵⁵ Caderno de Campo de D, dia 31/07

*sai para conferir e volta dizendo “ta todo mundo aí, mãe, pai, irmão, papagaio, cachorro, toda a família...” em tom de deboche.*¹⁵⁶

Nesta esteira, a própria ideia de direitos humanos é a todo instante desafiada pelos agentes. *Ele trabalha no CIA há 7 anos, dos quais nada foi alterado no ofício, pois segundo ele os menores continuam comentando crime; crimes esses que mantêm a natureza*¹⁵⁷. Ainda, outro entrevistado reforçou a ideia de direitos humanos enquanto excessivamente abrangentes e constitutivos de regalias para os adolescentes, sendo os defensores de tais direitos insensíveis em relação aos direitos da vítima e, em última instância, da própria realização da justiça. *Pedi para nos atentarmos sobre a questão do “Direitos Humanos”, pois, para ele, para se falar em humano, não basta haver um ser, deve também ser considerado educação, pensamento e ação para uma pessoa ser humana. Assim, quem é algoz [palavra muito repetida daqui para frente na entrevista por ele] merece ter sua tutela como direito humano revista, justificando que isso é diferente de tratar eles como animais porque eram pessoas, mas que também não eram humanos, então não poderiam ter benefícios. Aqui, discorreu sobre como a vida na prisão ser fácil estimula eles a voltarem, já que era tão bom, pois tem lanche de qualidade, marmitex, advogado à disposição e preocupação em torno deles.*

*Perguntou-nos, ainda, incisivamente e com real expectativa de resposta se já havíamos sofrido com algum crime, porque só assim saberíamos como as vítimas são tratadas em relação aos criminosos, e que quem defende direitos humanos nunca se debruça sobre a vítima, ou o faz de maneira superficial, ou só presta assistência judiciária e “a vítima tem que ir lá, algoz é procurado”. Aproveitei para perguntar se ele achava que o Estado defendia os direitos humanos. Ele disse que sim. Perguntei, então, como ele se sentia não podendo praticar o que lhe era justo e se não tinha nenhum jeito que ele podia reverter isso dentro de suas atribuições. Ele disse que era limitado pela atuação legal, mas que o que podia fazer era informar a periculosidade do jovem “infrator contumaz” e “algoz da sociedade” ao juiz.*¹⁵⁸

¹⁵⁶ Caderno de Campo de B, dia 13/07

¹⁵⁷ Relato de Entrevista com escrivão, feito por B.

¹⁵⁸ Relato de Entrevista com delegado feita por A.

Mesmo com todas essas arbitrariedades nos tratos dos policiais civis em relação aos adolescentes, a percepção geral, conforme nos informou uma policial, é de *que no CIA eles (policiais) têm mais opção, que o trabalho é mais de boa, com menos atrito com as pessoas, menos violência. Na rua, segundo ela, as opções são poucas, que o meio acaba deixando os policiais uns “monstrinhos”*¹⁵⁹.

5. VARA INFRACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE: AS AUDIÊNCIAS JUDICIAIS

5.1. Construção do campo na Vara Infracional da Criança e do Adolescente

A segunda fase da pesquisa consistiu na observação e confecção de caderno de campo de audiências ocorridas no período de 5 semanas, na Vara Infracional de Belo Horizonte. A seguir, nos voltaremos aos resultados colhidos na segunda fase de campo, qual seja, a observação e realização de entrevistas no âmbito da Vara Infracional da Criança e do Adolescente. Para tanto, manteremos a estrutura adotada, iniciando por uma explanação da nossa metodologia de atuação neste momento, seguida da exposição de resultados, já tratados e alocados de acordo com as categorias de análise pertinentes.

Essa seção destina-se a destrinchar tanto os trabalhos preparatórios para adentrar no campo específico da Vara Infracional da Criança e do Adolescente, quanto a metodologia escolhida e sua aplicação durante nossa permanência lá. Explicitaremos também eventuais dificuldades, seja para a definição do nosso método de atuação, seja frente a impasses e adversidades práticos para sua aplicação quando da condução da pesquisa.

5.1.1. Da observação participante

Após realizadas as observações na sala da Inspeção da Polícia Civil, bem como entrevista com policiais, a equipe passou à próxima fase: observação nas audiências. As audiências de casos que envolvem menores de idade, os processos ocorrem em sigilo. Assim, necessitaríamos de uma autorização expressa da juíza. Porém, nos deparamos nesse momento com um empecilho: a juíza encarregada que houvera autorizado nossa entrada no campo

¹⁵⁹ Caderno de Campo de B, dia 09/07.

havia sido nomeada desembargadora, de modo que havia um novo juiz, que nenhum conhecimento possuía a respeito da nossa pesquisa. Conseguir entrar em contato com esse novo juiz e, assim, obter sua autorização foi um processo demorado e burocrático, o que atrasou o andamento da pesquisa em algumas semanas.

Mantivemos a metodologia de observação participante, que foi construída e elaborada de maneira sólida ao longo da observação na Inspeção da Polícia Civil, pois ela se mostrou bastante eficiente. Mantivemos também a redação de cadernos de campo e relatórios semanais que foram compartilhados entre os membros da equipe. Para a confecção desses cadernos e relatórios utilizamos, também, um roteiro, aos moldes do utilizado na Inspeção, para guiar-nos e atentar-nos às questões específicas na dinâmica das audiências.

As audiências ocorrem no segundo andar do CIA-BH, em duas salas específicas, de segunda à sexta, nos horários de 8h às 11h, e das 14h às 17h e também há audiências preliminares, de 8h às 12h, nos finais de semana e feriado. As observações nas audiências e idas ao campo foram novamente rotacionadas entre os membros da equipe, de modo que pudessem cobrir o maior número de audiências. Essa etapa durou aproximadamente cinco semanas, do dia 9 de novembro ao dia 14 de dezembro.

5.1.2. Das entrevistas

Subsequentemente às observações nas audiências, realizamos entrevista com membros dos três poderes que trabalham no CIA-BH: Defensoria, Ministério Público e Varas Infractionais. Essa entrevista foi pautada por um guia ¹⁶⁰elaborado pela equipe pesquisadora, semelhante ao guia adotado para a realização de entrevistas com os policiais civis.

Inicialmente nosso objetivo era entrevistar um(a) juiz(a), defensor(a) e promotor(a), ainda no ano de 2018, porém devido à dificuldade de marcar uma data e horário que fosse possível tanto para os pesquisadores quanto para os entrevistados, somente uma entrevista foi realizada nesse ano. As outras duas entrevistas foram realizadas em fevereiro e março de 2019. Somou-se a isso o início do recesso forense do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que ocorreu entre os dias 20 de dezembro de 2018 e 20 de janeiro de 2019, que dificultou ainda mais a realização das entrevistas.

¹⁶⁰ Ver Apêndice E.

As entrevistas foram marcadas pessoalmente com os profissionais, após idas aos gabinetes e/ou secretarias. Ainda que todas entrevistas foram realizadas, houve grande dificuldade em marcá-las, sobretudo a entrevista com um juiz. Foram 4 entrevistas que foram desmarcadas sem aviso, o que fez com que membros da equipe fossem ao CIA-BH e não conseguissem encontrar com o juiz, apesar do horário estar previamente marcado. Somente numa quinta tentativa a entrevista pôde ser realizada.

5.2. Restituição do campo na Vara Infração da Criança e do Adolescente

A partir dos dados construídos a partir do período de observação nas audiências da Vara Infração da Criança e do Adolescente, além dos construídos mediante as entrevistas realizadas com profissionais do sistema jurídico, a equipe pôde levantar questões relacionadas à percepção, acolhimento e tratamento que o sistema dá aos jovens que por ele passam, além de seus familiares.

5.2.1. Da família

O papel das famílias é marcante, seja pela presença delas ou ausência. A mãe é a figura central nas famílias dos adolescentes observados. *“No segundo caso, o adolescente chega acompanhado da mãe. [...] O terceiro caso foi de um jovem [...] e estava acompanhado pela mãe. [...] O quarto caso foi de um adolescente branco, [...] Estava acompanhado de sua mãe [...] A quarta audiência não ocorreu, apenas a mãe havia ido, [...] O quinto caso se tratava de posse de maconha. O adolescente [...] estava acompanhado pela mãe adotiva [...]. O sexto caso foi o primeiro em que o acompanhante era do sexo masculino, entretanto não era pai ou familiar, mas o socioeducador. [...] Por fim, o último caso que acompanhamos foi de um adolescente [...] Estavam presentes mãe e pai”¹⁶¹*. É notável o papel da mulher na nuclearidade dessas famílias, muitas vezes o pai sequer é mencionado.

Ao final do primeiro dia de observações das audiências, foi feita a seguinte reflexão *“A questão de gênero e seus papéis sociais foi latente. Todos os adolescentes, sempre estavam acompanhados de uma figura feminina, quando havia alguém. A única exceção foi o*

¹⁶¹ Caderno de Campo de C, sem dia.

*socioeducador. Houve a presença do pai em um dos casos, mas a mãe também estava presente. Além disso, o juiz utilizou da sexualização da figura feminina nas relações de poder e punição do tráfico de drogas para tentar conscientizar o adolescente da problemática do uso de drogas e do envolvimento com o tráfico de drogas”.*¹⁶²

A mulher tem grande importância, não apenas a mãe, mas irmãs, namoradas, esposas, são frequentemente mencionadas, inclusive como motivador ou incentivador para a “saída do crime”, expressão usada diversas vezes pelo adolescente e profissionais do CIA. *Ao final [o juiz] relata casos de traficantes que pegam a mãe ou irmãs adolescentes para prestar favores sexuais para sanar dívidas. Além disso, também torturam e matam. Disse que ao tráfico o que importa é o dinheiro. E completou dizendo que algumas vezes a mãe tem que ir na cadeia prestar serviços sexuais ao colega de cela.*¹⁶³

A presença de pessoas LGBT é motivo de piada, reforçando o que foi observado também no trabalho de campo da Polícia Civil devido às próprias atitudes dos policiais. O adolescente sentiu desconforto em falar sobre o assunto, demonstrando ainda a existência de uma barreira entre pessoas com experiências dissidentes de gênero e sexualidade e os demais adolescentes acautelados. *Perguntei se havia travestis no ambiente. Ele disse que não. Perguntei sobre homossexuais, ele riu e disse que “tinha um viado lá que lavava as cueca [cueca] dos menino”, mas não deu muitos detalhes sobre essa relação.*¹⁶⁴

É importante ressaltar que o lugar da mulher nesses espaços é marcada pelo reforço aos estereótipos de gênero, da mulher como esposa, dona de casa e mãe. *Juiz perguntou se ela ajuda em casa, uma pergunta que curiosamente não foi feita aos adolescentes masculinos. Juiz pergunta à mãe o que os pais dela faziam com ela quando não ajudava em casa. A mãe diz que “davam um cacete”. Juiz pergunta se ela se tornou uma cidadã de bem. Ele aduz que é importante que ela tenha o controle da situação e ensine a filha. Juiz diz que ela pode se divertir, mas deve respeitar regras. “Se descumprir a prestação de serviços comunitários, eu lhe prendo”. Juiz conclui dizendo que quer que ela se torne uma cidadã de bem, que não quer que ela seja mais uma dessas meninas que se encontram por aí como mulher de traficante ‘se prostituindo, engravidando e perdidas na vida’*¹⁶⁵. Toda essa construção é

¹⁶² Caderno de Campo de C, sem dia.

¹⁶³ Caderno de Campo de C, sem dia.

¹⁶⁴ Caderno de Campo de C, sem dia.

¹⁶⁵ Caderno de Campo de C, sem dia.

baseada na posição da mulher como um elemento a compor a vida dos homens, estes que mantêm o controle e têm poder de decisão acerca da vida de suas companheiras. *Ele me contou que tem uma namorada e quando sair “vai cortar o cabelo da namorada se ela tiver com outro, pra não matá-la”*¹⁶⁶.

5.2.2. O "grande acordo"

Nas observações da audiências, observamos que muitas vezes essas ocorrem, apesar de que por tempo limitado, sem a presença de órgãos do sistema judiciário. Foram observadas audiências que ocorreram sem a presença do Magistrado, outras sem a Defensoria ou ainda, sem a Promotoria. *Assim que chega a promotora, aproximadamente às 9h, as audiências têm início, porém sem a presença da Defensoria. [...] Somente durante a segunda audiência é que chega a defensora.*¹⁶⁷

Nesses casos de ausência de algum dos órgãos durante as audiências, observamos que alguns profissionais realizam funções que inicialmente não estão atreladas à sua profissão. *Ali nas cadeiras, apenas três funcionários, sendo duas mulheres e um homem. Me identifico e pergunto se a mulher que estava na posição central da mesa era a juíza. Ela diz que é a promotora, e imediatamente justifica: “hoje estamos fazendo mais... enxuto” [...] a promotora, em todas as audiências daquele dia, assumiu as rédeas e as conduziu como uma juíza, mas com notas inquisitórias.*¹⁶⁸

Apesar das eventuais ausências e da realização de outras funções por parte dos profissionais, notamos que as audiências ocorriam de maneira fluida e organizada. Pareceu-nos, portanto, que os próprios atores do sistema de justiça infanto-juvenil estão acostumados e habituados a esse tipo de situação. As ausências de determinados profissionais durante as audiências, então, não era algo condenado pelos atores do sistema de justiça, pelo contrário, essas ausências eram legitimadas e acordadas entre eles.

Essa fluidez durante essas audiências em que se faz ausente um dos atores do sistema, expõe a ausência de uma disputa de ideias entre órgãos e/ou profissionais. Há um acordo geral entre os atores, onde um não entra em embate, seja ideológico ou teórico, com o

¹⁶⁶ Caderno de Campo de C, sem dia.

¹⁶⁷ Caderno de Campo de B, dia 22/10.

¹⁶⁸ Caderno de Campo de A, dia 14/12.

outro. As atuações do Magistrado, da Defensoria Pública e do Ministério Público se confundem entre si, impedindo que tais órgãos exercem as especificidades de suas ações.

Há um “grande acordo” instaurado entre os atores do sistema de justiça, e é isso que permite que as audiências ocorram de modo organizado, sem grandes problemas, na ausência de algum dos órgãos. Porém, quando há uma concordância entre os membros do judiciário, e esses não exercem suas funções de maneira distinta e específica, tendo suas atuações fundidas umas às outras, a ampla defesa, o contraditório e o julgamento de cada caso é comprometido. Ainda, apesar de uma aparente fluidez ao longo dessas audiências, a ausência de um dos órgãos compromete sua atuação e, por tanto, o próprio processo.

5.2.3. “Cadeia ou caixão”: do racismo institucional à guerra às drogas

As observações nas audiências tornaram ainda mais explícita, se isso for possível, a seletividade do sistema penal e de justiça que as observações da Inspeção. Quase a totalidade dos réus que compareciam às audiências eram negros e pobres, enquanto todos membros do sistema de justiça (juizes, promotores e defensores) que estiveram presentes enquanto realizamos as observações eram brancos.

*Na sala, cinco agentes públicos: lado a lado, escrivão, juiz e promotora; à frente, na esquerda [a mesa em forma de T] e junto à mesa, o que supúnhamos ser o defensor, mas que mais tarde revelou ser advogado dativo, numa cadeira afastada da mesa, à direita da sala, o oficial que fazia o chamamento à sala. Todos, exceto este último, estavam extremamente bem-vestidos, e todos, sem exceção, eram brancos, contrastando com a cor (à exceção de um único caso) dos que, audiência após outra, adentravam para se assentarem de frente ao juiz e afastados da mesa, nas cadeiras ao lado das que ocupávamos – acho que já disse antes que no CIA tudo é muito preto e branco.*¹⁶⁹

As práticas racistas e seletivas do sistema socioeducativo pouco se diferem daquelas instauradas no sistema penal. A grande maioria dos jovens (e seus familiares que os acompanhavam) que passavam como réus durante as audiências eram negros, contrastando com a brancura dos profissionais do judiciário. Ela [defensora pública], assim como o juiz, o

¹⁶⁹ Caderno de Campo de A.

*assessor, a escritã e a promotora, era branca, resumindo o direito no Brasil: pessoas brancas decidindo a vida de pessoas [e famílias] negras.*¹⁷⁰

5.2.4. A produção de gênero nas audiências

Questões de gênero puderam ser observadas neste campo tanto a partir da contraposição entre a atuação dos servidores homens e mulheres nas audiências quanto a partir da distinção entre atos e tratos dados aos adolescentes conforme seus respectivos gêneros.

A começar pela primeira diferenciação possível, pudemos perceber que a participação profissional feminina tende tanto a tornar a atmosfera do ambiente menos pesada (nos limites do possível, logicamente, considerando o local em que estávamos) quanto a se pautar num discurso menos punitivo ou ameaçador e mais motivador e educativo frente aos adolescentes, enquanto o oposto é verdade em relação aos homens. Isso é tanto mais verdade à medida que o número de servidoras é maior na configuração da sala. Em uma das observações, cuja composição de pessoal era em sua totalidade de mulheres, houve a maior percepção dessas diferenças: *[...] no intervalo, conversam sobre como vinagre é bom pro cabelo. Lembro que nas primeiras audiências [desse dia] fiquei com a impressão de que o modo como os atos se davam era muito maternal, pouco sério. Mas pensando melhor, percebi que apenas estava desacostumada a um tratamento humanizado ali [isso considerando eventuais reveses da juíza [que era mais dura e assertiva com os adolescentes]].*¹⁷¹

Até mesmo em relação à interação com os pesquisadores era perceptível a distinção. No mesmo dia supracitado, no intervalo entre as audiências, a promotora olha para mim e diz, sorrindo: “que bom que o pai assumiu, né” *[sobre a última audiência, em que havia um adolescente cuja namorada estava grávida], e inicia uma conversa sobre empreendedorismo, aproveitando o assunto trazido na audiência. Depois, me pergunta se eu já havia visto preliminares também ou só acompanhamento. Antes disso, poucas foram as vezes que as pessoas da sala de audiência me dirigiram a palavra em minhas observações, mormente para perguntarem sobre o que era a pesquisa.*¹⁷²

¹⁷⁰ Caderno de Campo de B, dia 22/10.

¹⁷¹ Caderno de Campo de A, dia 10/12.

¹⁷² Caderno de Campo de A, dia 10/12.

Fora da audiência, no hall de entrada para as salas, essa diferença também é apreendida. Em uma ocasião, quando da chegada de um de nós ali, no procedimento de identificação junto aos assessores para autorização e condução a uma das salas de audiência, *a assessora me reconhece e me é simpática. Via de regra, as profissionais do prédio sempre foram muito gentis e cordiais comigo, sempre com um ar de intimidade ou conforto. Já os homens, ainda que conversassem vez ou outra, mantinham uma espécie de afastamento institucional. [...] Isso também é verdade em relação ao tratamento dos adolescentes que perpassam ali.*¹⁷³

Ainda que as profissionais femininas tenham esse diferencial, mesmo elas não deixam de reproduzir, seja nas conversas informais entre si, seja no tratamento dos adolescentes que ali chegam, estereotipações de gênero. *Em uma audiência relacionada a um furto em uma loja Americanas, o réu, um menino negro, que estava acompanhado de sua mãe, pede perdão a ela pelo ato cometido. Logo após, a defensora diz: “Você é um bom menino... mesmo com a tu cometeu você é um bom menino Fico feliz de você trazer dignidade e pedir perdão para sua mãe.” O juiz complementa, “tem que ser homem mesmo para pedir desculpa o cara tem que ser macho mesmo para reconhecer o erro que fez”.*¹⁷⁴ A associação entre masculinidade e valoração positiva não se restringe apenas aos sermões dirigidos aos adolescentes homens: ao fim de uma audiência em que uma adolescente era processada por tráfico, *a promotora diz à mãe que acompanhava a jovem: “Ela precisa de uma figura masculina. Nessa idade é muito importante. Não precisa ser o pai, pode ser seu, um irmão, um primo... A família tem que se unir para que ela não se envolva no crime.”*¹⁷⁵

6. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Apesar de serem observadas questões ligadas a gênero e sexualidade ao longo da observação na Inspeção, estas aparecem de maneira diferente na relação com os jovens. Esses tensionamentos se faziam mais frequentes, sobretudo, nas interações e relações dos policiais entre si, e também - porém com menos frequência - dos policiais conosco, pesquisadores. Ao longo das semanas de observação, pudemos notar que existe uma norma de

¹⁷³ Caderno de Campo de A, dia 14/12.

¹⁷⁴ Caderno de Campo de B, dia 22/11.

¹⁷⁵ Caderno de campo de B, dia 04/12

comportamento e de modo de se posicionar no ambiente que é marcada, moldada, pela heteronormatividade.

Não observamos nenhum jovem cuja vivência de gênero e sexualidade era dissidente, pelo menos não de maneira clara para nós. Essa ausência marca uma invisibilidade dessas questões no espaço. Apesar de não termos observado, é impossível pensar que esses jovens não passam pelo CIA-BH ou pelo sistema de justiça infanto-juvenil, de modo geral. E diversos relatos dos policiais confirmam que esses sujeitos dissidentes passam sim pelo CIA-BH. O espaço produz uma contenção, num primeiro momento, ligada às dissidências de gênero e sexualidade, que quando (isso se) aparecem relacionadas aos jovens que por ali circulam/circularam, esses já estão em cumprimento de medidas socioeducativas.

Podemos dizer, portanto que a pesquisa é pautada pelo que não é dito. Fomos ao campo da Polícia Civil com o intuito de observar questões de sexualidade e gênero e como elas atravessam e marcam as experiências dos jovens no sistema. Porém, ao não observarmos essas questões ligadas diretamente a esses jovens, nos foi necessário atentar justamente para essa ausência, que também tem muito a dizer. Os pares presença e ausência não dizem necessariamente de aspectos opostos ou divergentes. No caso, tanto a presença dos tensionamentos (entre policiais e entre policiais e pesquisadores) quanto a ausência (dos policiais para com os jovens) dizem de formas de organização e funcionamento do espaço.

A vivência no sistema socioeducativo deveria ser um espaço de formação, educação e transformação dos indivíduos acatados e é papel dos agentes públicos prezar por isso. A falta de procedimento para atender a necessidades básicas representa uma negação de direitos fundamentais aos jovens, não garantindo o princípio pedagógico fundante da socioeducação. Esses jovens devem ter seus direitos igualmente atendidos e proporcionados pelo Estado, sem que haja distinções. O papel dos profissionais do sistema socioeducativo é permitir que o adolescente se construa como um sujeito de direitos, o que se inicia a partir do respeito à sua integridade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, A. K. G. A pesquisa etnográfica e as especificidades da observação participante. **Vinheta**, v. 01, p. 01-18, 2010.

BUTLER, J. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. **Bodies That Matter**: On the discursive limits of “sex”. Nova Iorque e Londres: Routledge, 1993.

COIMBRA, C. C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005.

CUNHA, R. L. C; VIDAL, J. S. Medidas socioeducativas e adolescentes trans: dos impasses institucionais ao reconhecimento de direitos. **Texto apresentado quando do IV ENADIR**, USP, 25 a 28 de agosto de 2015.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educ. rev.**, Curitiba , n. 24, p. 213-225, dec. 2004 .

FLAUZINA, A. **Corpo negro estendido no chão**. O sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FRAGA, Lucimary Leiria; ROSA, Luis Carlos. A (in)visibilidade transexual ante a medida socioeducativa de internação: um olhar ao sistema socioeducativo do município de Santo Ângelo - RS". **Revista de Ciências Humanas e Sociais**, Bagé, v. 3, n. 2, p.136-157, 2017.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, Ribeirão Preto , v. 14, n. 28, p. 139-152, ago. 2004

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: _____. **Obras Completas (1901-1905): Um caso de histeria, Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos**. 7 d. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, MW. GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis :Vozes; 2002. p. 64-90.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, C. M. Gênero como categoria de análise decolonial. Civitas, **Rev. Ciênc. Soc.**, Porto Alegre , v. 18, n. 1, p. 65-82, Apr. 2018.

LAMOUNIER, G. **Gêneros Encarcerados**: uma análise trans.viada da política de Alas LGBT no Sistema Prisional de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018

LEITE, Vanessa. **Sexualidade adolescente como direito? A visão de formuladores de políticas públicas**. Coleção: Sexualidade, gênero e sociedade. Ed. UERJ. Rio de Janeiro. 2013.

MAY, T. Observação Participante: perspectivas e práticas. In: _____. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artemed. 2004. p. 173-2003.

MBEMBE, A. A questão da raça. In: _____. **A crítica da razão negra**. 1 ed., Lisboa: Antígona, 2014. p. 25-74.

NASCIMENTO, M. A. N. “LADRÃO SIM, BICHA NUNCA!” Práticas homofóbicas entre adolescentes masculinos em uma instituição socioeducativa brasileira. **Educação, Sociedade & Culturas**, nº 31, 2010, 67-81.

PRECIADO, P. B. A industrialização dos sexos ou Money makes sex. In: _____. **Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual**. São Paulo: n-1, 2014. p. 123-144.

RUBIN, G. O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo. In: _____. **Políticas do Sexo**. São Paulo: Ubu, 2016. p. 8-61.

SARAIVA, João Batista Costa. Política Criminal e o Direito Penal de Adolescentes. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, São Paulo, n. 8, p.1-16, 2013.

SOUZA, Thais Diniz Coelho de. SELETIVIDADE RACIAL DO SISTEMA PENAL BRASILEIRO: ORIGEM, MECANISMOS DE MANUTENÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A VULNERABILIDADE POR CULPABILIDADE. [**Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, n. 238, p. 611-626, dez. 2016.

WEBER, F. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo?. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 157-170, dec. 2009.

APÊNDICE A – Roteiro de Observação na Inspetoria da Polícia Civil

Data: ____/____/____ Turno: _____

Pesquisador(a) responsável: _____

1. Descrição do ambiente físico (arquitetura do local, posição dos elementos que compõem o ambiente, recurso instrumental de trabalho, dependências, sons e odores);
2. Descrição do ambiente hierárquico (interação entre os profissionais, formas de tratamento, procedimento de trabalho e encaminhamento de ações bem como a maneira de divisão das tarefas);
3. Descrição das pessoas - quantitativo e qualitativo (Quantos profissionais foram observados, seus cargos, grau de formação profissional, grau de interação com o ofício e interação com os adolescentes);
4. Descrição de episódios relevantes (Houve algum momento de tensão? Algo que parecia inapropriado para o rito comum do local? Quais foram as reações?);
5. Acesso e registro, na medida em que for possível, dos documentos escritos utilizados no acolhimento aos jovens infratores. (Fichas, formulários e outros formatos de documentos usados pelos profissionais para registrar dados);
6. Captação de informações presentes nas conversas informais, nos cochichos, comentários, etc. Prestar atenção e registrar essas manifestações;
7. Dinâmica de uso do espaço pelos diferentes corpos: Grau de separação ou proximidade corporal entre socioeducandos entre si e entre estes e os agentes; destinações ou tratamentos diferenciados;
8. Interação verbal das autoridades com os jovens: contexto das atribuições oficiais (lavar registro, coleta de dados, questionamentos em audiência e afins); diálogos extraoficiais (não-solenes ou não registrados);
9. Análise do corpo individualmente tomado: postura e maneiras dos policiais e jovens diferem ou se mantêm frente a cada etapa do trânsito ou confronto com um corpo diferente;
10. Existe algum julgamento das pessoas que entram na delegacia de acordo com estereótipos?;
11. Na presença de quem os adolescentes se sentem mais à vontade e porque?

APÊNDICE B - Guia para entrevista com policiais da Polícia Civil de Minas Gerais atuantes no CIA-BH

Entrevistador: _____ Data: __/__/____

Nome:	Idade:	Gênero:
-------	--------	---------

- 1) Qual é o seu cargo?
- 2) Há quanto tempo você trabalha nesse cargo?
- 3) Como é o seu trabalho?
O que você faz?
- 4) Diariamente qual a média de adolescentes que passam pela inspetoria?
- 5) São mais meninos ou meninas?
 - a. *os atos infracionais cometidos são os mesmos?*
 - b. *Como eles/elas se comportam na inspetoria?*
 - c. *Como é a relação familiar e com o ato em si?*
- 6) Por que você acha que há essa diferença?
 - a. *Há diferença nos atos infracionais ou no fluxo de meninas e meninos? Por que?*
- 7) Para você qual a diferença em lidar com meninos e meninas? Por que?
- 8) Já passou por aqui um menino afeminado ou uma menina masculina?
 - a. *Relação com outros adolescentes; se há chacota, como são divididos na carceragem);*
 - b. *Disposição do espaço (organização da sala, ida ao banheiro);*
 - c. *Como é realizada a revista?*
 - d. *Já foi solicitado para usar o nome social?*
 - e. *Como funciona a ida ao banheiro?*
- 9) Como isso afetou seu trabalho?
- 10) Você acha que deveria haver um tratamento específico para alguns casos?
- 10) Esses são os procedimentos mais comuns?
 - a. *Como os outros policiais lidam com isso?*

APÊNDICE C - Termo de Concordância

A Clínica de Direitos Humanos da UFMG (CdH-UFMG) está realizando uma pesquisa que tem como objetivo **compreender como ocorre o acolhimento de adolescentes em conflito com a lei que possuem experiências diversas de gênero e sexualidade, em especial aqueles (as) que se identificam enquanto transexuais ou travestis**. Para tanto, solicitamos autorização para realizar este estudo no Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte (CIA-BH). Também será utilizado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para cada participante.

A construção de dados envolveu aplicações de questionários e entrevistas que foram respondidos individualmente por agentes que atuam, de alguma maneira, no acolhimento de adolescentes autores de atos infracionais no CIA-BH. A construção foi realizada por pesquisadores capacitados.

Os participantes do estudo foram claramente informados de que sua contribuição é voluntária e pode ser interrompida a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. A qualquer momento, tanto os participantes quanto os responsáveis pelo CIA-BH puderam solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados a este estudo.

Este projeto foi aprovado pela Câmara do Departamento de Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito (DIT) da Faculdade de Direito e Ciências do Estado da UFMG (FDCE-UFMG). Todos os cuidados serão tomados para garantir o sigilo e confidencialidade das informações, preservando a identidade dos participantes bem como as instituições envolvidas. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos Critérios de ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos realizados oferece riscos à dignidade do participante. Todo material desta pesquisa ficará sob responsabilidade da pesquisadora coordenadora do estudo, Profa. Camila Silva Nicácio e após 5 (cinco) anos será destruído. Dados individuais dos participantes produzidos ao longo do processo serão tratados com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resoluções Nº 466/12; 441/11 e a Portaria 2.201 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares), mas deverá ser realizada uma devolução dos resultados, de forma coletiva, para o CIA-BH, se for assim solicitado.

Agradecemos a colaboração do CIA-BH para a realização desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais. A pesquisadora responsável por esta pesquisa é a Profa. Dra. Camila Silva Nicácio do Departamento de Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito da Faculdade de Direito e Ciências do Estado da UFMG. Caso queiram contatar a equipe, isso poderá ser feito pelo telefone (31) 3409.8667 e pelo E-mail: clinicadhufmg@gmail.com. Ademais, para maiores informações, o Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da UFMG pode ser contatado pelo telefone (31) 3409.4592 e pelo E-mail: coep@prpq.ufmg.br

Data

Profa. Dra. Camila Silva Nicácio (FDCE-UFMG)

Concordamos que os agentes, que atuam no Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte, participem do presente estudo.

Exma. Sra. Juíza Valéria da Silva Rodrigues

APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **“MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E DIREITOS DAS POPULAÇÕES LGBT”**. Pedimos a sua autorização acerca da obtenção de informações mediante aplicação de entrevista e/ou questionário. Nesta pesquisa pretendemos compreender o procedimento mediante o qual ocorre o acolhimento e encaminhamento de jovens atendidos no sistema de justiça infanto-juvenil e que possuem experiências diversas de gênero e sexualidade, no âmbito do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA). Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: análise de documentos normativos, como Resoluções e Portarias, relacionados ao funcionamento e a organização do CIA; observação cotidiana com a presença de integrantes da equipe de pesquisa em pontos estratégicos de acolhimento no CIA; e a escuta dos profissionais que atuam no Centro mediante entrevistas e questionários.

Para participar deste estudo o Sr. (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr. (a) tem assegurado o direito à indenização. O Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar e a qualquer tempo e sem quaisquer prejuízos, pode retirar o consentimento de utilização das informações fornecidas mediante entrevista e/ou aplicação de questionário na pesquisa, valendo a desistência a partir da data de formalização desta. A sua participação é voluntária, e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr. (a) é atendido (a) pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados obtidos pela pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O (A) Sr. (A) não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, na Clínica de Direitos Humanos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e a outra será fornecida ao Sr. (a). Os dados e materiais obtidos na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos (ou até 10 (dez) anos) na Clínica de Direitos Humanos da UFMG localizada no 7º andar do Ed. Villas Boas da Faculdade de Direito e Ciências do Estado da UFMG e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resoluções Nº 466/12; 441/11 e a Portaria 2.201 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, portador do documento de identidade _____ fui informado (a) dos objetivos, métodos, riscos e benefícios da pesquisa **“MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBT”**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a

qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

- () Concordo que as informações que forneci sejam utilizadas somente para esta pesquisa.
() Concordo que as informações que forneci possam ser utilizadas em outras pesquisas, mas serei comunicado (a) pelo pesquisador novamente e assinarei outro termo de consentimento livre e esclarecido que explique para que serão utilizadas as informações.

Rubrica do pesquisador: _____

Rubrica do participante: _____

Declaro que concordo em participar desta pesquisa. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido assinado por mim e pelo pesquisador, que me deu a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Nome completo do participante	Data
-------------------------------	------

Assinatura do participante

Nome completo do Pesquisador Responsável:

Endereço:

CEP: / Belo Horizonte - MG

Telefones: (31)

E-mail:

Assinatura do pesquisador responsável	Data
---------------------------------------	------

Nome completo do Pesquisador:

Endereço:

CEP: / Belo Horizonte - MG

Telefones: (31)

E-mail:

Assinatura do pesquisador (mestrando ou doutorando)	Data
-----------------------------------------------------	------

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você pode consultar:

COEP-UFMG - Comissão de Ética em Pesquisa da UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627. Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005.

Campus Pampulha. Belo Horizonte, MG - Brasil. CEP: 31270-901

E-mail: coep@prpq.ufmg.br. Tel: 34094592

APÊNDICE E - Guia para entrevista com profissionais de órgãos do Judiciário (Vara Infracional, Defensoria e Promotoria da Infância e Juventude) atuantes no CIA-BH

1. Durante o tempo em que você trabalha nessa Vara Infracional, quais foram os maiores desafios enfrentados? Houve alguma mudança ao longo desse período? *(Pergunta para averiguar se as demandas LGBT aparecem como “desafio” no sistema)*
2. Você considera a sua profissão e o público com o qual você lida diariamente tornam o seu cotidiano de trabalho mais delicado? *(Para entender como os profissionais entendem a sua atuação no sistema considerando a peculiaridade de se tratar de adolescentes)*
3. Existe alguma diferença no trato/atos cometidos por meninos e meninas? *(Para entender quais são as características que chamam atenção no sentido de representarem alguém que destoe do “comum” para o sistema, se entre elas figuram experiências diversas de gênero e sexualidade)*
4. Existe algum indício no processo que aponte para uma experiência diversa de gênero e sexualidade? Ou isso é irrelevante quando da aplicação da medida? *(Verificar se existe menção ao nome social, ou se conflito gerador do ato infracional é permeado por questões de gênero e sexualidade)*
5. Você reconhece problemas no acautelamento de pessoas LGBT? Como conciliar os interesses dos pais e dos adolescentes nesses casos? Qual a importância da Defensoria Pública nesses casos? *(Para perceber se essa é uma questão para os profissionais do sistema. Verificar se chega demandas direcionadas ao jovens, se há vazão para esses casos)*

6. Você pensa que deve haver um tratamento atento às particularidades dos adolescentes transexuais e travestis? *(Para entender o quanto as particularidades importam, no ponto de vista dos profissionais, para o procedimento de acautelamento)*
7. Já foram realizadas ações que tivessem como foco o atendimento às demandas de pessoas LGBT no sistema socioeducativo? Em caso positivo, você entende que foi efetivo?
8. É possível que seja melhorado o atendimento aos adolescentes no que se refere às demandas LGBT? *(Para entender se há alguma ambição de aperfeiçoamento)*
9. Você conhece a resolução relativa ao acautelamento de adolescentes LGBT? O que você pensa a esse respeito? *(Para captar a repercussão que a teve a resolução para os profissionais do sistema)*